



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais

Caderno de Programação e Resumos



02 a 05 de outubro de 2023
Marechal Cândido Rondon – Paraná



Ministério da
Educação



PPGH
unioeste PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UNIOESTE



IX SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER
Acá se respira luta: poder, dominação e resistência na
América Latina

Evento de Âmbito Nacional

CADERNOS DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

PROMOÇÃO

Linha de Pesquisa Estado e Poder - Programa de
Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais

Grupo de Pesquisa História e Poder
Colegiado do Curso de História

Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

FINANCIAMENTO



Ministério da
Educação



SECRETARIA

Laboratório de Pesquisa Estado e Poder
UNIOESTE - Campus Marechal Rondon
Rua Pernambuco, 1777 - CEP: 85960-000 - Fone: (45) 3284-7900

IX SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER
Acá se Respira Lucha: poder, dominação e resistência na América Latina

Evento de âmbito nacional

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Ângela Meirelles de Oliveira, Profa. Dra. Carla Luciana Silva, Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, Profa. Dra. Isabel Grassioli, Prof. Dr. Leomar Rippel, Profa. Dra. Maria José Castelano, Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva, Prof. Dr. Paulo José Koling, Prof. Dr. Rodrigo Paziani

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes: Ângela Meirelles de Oliveira, Carla Luciana Silva, Felipe da Silva Cruz, Gilberto Grassi Calil, Isabel Grassioli, Leia Patek, Leomar Rippel, Paulo José Koling, Rodrigo Paziani.

Pós-Graduandos: Ana Claudia Gomes, Giulia Beatriz Schossler Plassmann, Índia Nara Smaha, Lucas Eduardo Ferreira, Maristela Solda, Raphael dal Pai.

Graduandos: Gabriella Barroso, Maria Isadora Galvão Gaeski

Organizadores do Caderno de Resumos

Felipe da Silva Cruz
 Gilberto Grassi Calil
 Índia Mara Smaha
 Leomar Rippel

Realização

Linha de Pesquisa Estado e Poder
 Grupo de Pesquisa História e Poder
 Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

APOIO

Colegiado do Curso de História – UNIOESTE
 Programa de Pós-Graduação em História – UNIOESTE
 Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU-UEFS)
 Grupo de Pesquisa Capitalismo e História (GPCH-UFG)
 Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação (UNICENTRO)
 Grupo de Trabalho História e Marxismo (GTHM-ANPUH)
 Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC-UFG)
 Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Documentação do Oeste do Paraná (CEPEDAL)

FICHA CATALOGRÁFICA

S612d	Simpósio de Pesquisa Estado e Poder (9: 2023 : Marechal Cândido Rondon) Caderno de programação e resumos / Organização Felipe da Silva Cruz, Gilberto Grassi Calil, Índia Nara Smaha, Leomar Rippel. Marechal Cândido Rondon: 2023. 41 p. Tema: “Acá se Respira Lucha”: poder, dominação e resistência na América Latina. ISSN 2447-1011 1. Estado e poder. 2. Revoluções. 3. Hegemonia. 4. Democracia. I. CRUZ, Felipe. II CALIL, Gilberto; III SHAMA, Índia Mara. IV. RIPPEL, Leomar. org. CDD 22. ed. 320.11 320.01 CIP-NBR 12.899
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9ª/539

Todos os resumos deste caderno são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à comissão organizadora do evento.

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
PROGRAMAÇÃO GERAL.....	5
PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS	6
RESUMOS POR SESSÃO	11
Sessão 01 - 3/10 - Novas Direitas e Hegemonia no Brasil Atual (1) – Sala 07.....	11
Sessão 02 - 3/10 - Itapu: discurso hegemônico e efeitos sociais - Sala 08	12
Sessão 03 - 3/10 - Relações de Trabalho na contemporaneidade – sala 11.....	13
Sessão 04 - 3/10 – Literatura e História (1) – sala 12	14
Sessão 05 - 3/10 - Novas Direitas e Hegemonia no Brasil Atual (2) – sala 07	16
Sessão 06 - 3/10 - Estado, questão social e loucura – sala 08	17
Sessão 07 - 3/10 - História, Música e Artes Plásticas – sala 11	18
Sessão 08 - 3/10 - Literatura e História (2) – sala 12.....	19
Sessão 09 - 4/10 - Anticomunismo na história brasileira – sala 07.....	20
Sessão 10 - 4/10 - Estado e teoria política – sala 08	21
Sessão 11 - 4/10 - Estado, Militares e Política – Sala 11	22
Sessão 12 – 4/10 – questão Agrária no contexto regional – Sala 12	23
Sessão 13 - 4/10 - Estado e Educação – Sala 07	25
Sessão 14 -4/10 - Gênero: Estado, Religião e Subjetividades – Sala 08	26
Sessão 15 - 4/10 - História e Gênero – Sala 11.....	27
Sessão 16 - 4/10 - Questão Agrária e luta pela terra – Sala 12	28
Sessão 17 - 5/10 - Universidade: contrarreformas e lutas por direitos – Sala 07	29
Sessão 18 - 5/10 - Estudos Indigenistas – Sala 08	30
Sessão 19 - 5/10 - Trabalho e Trabalhadores no Oeste do Paraná – Sala 11.....	32
Sessão 20 - 5/10 – Quinta-feira, 13:30 - Educação e Hegemonia – Sala 12	33
Sessão 21 - 5/10 - Direitos Humanos, Proibicionismo e guerra às drogas – Sala 07	35
Sessão 22 -- 5/10 - Esquerda: anarquismo, socialismo, comunismo – Sala 08	36
Sessão 23 - 5/10 - Política e região – Sala 11	37
Sessão 24 - 5/10 - Educação e experiências educativas – Sala 12	38

APRESENTAÇÃO

O IX Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: ACÁ se RESPIRA LUCHA: poder, dominação e resistência na América Latina promovido pelo Grupo de Pesquisa História e Poder e pela Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, tem como objetivo viabilizar a apresentação e discussão das pesquisas relacionadas à vasta problemática que envolve as relações de poder e a configuração do Estado, em sua dimensão ampliada, seja através do debate teórico, seja através da análise de experiências históricas. A organização do evento é de responsabilidade dos docentes e discentes vinculados à Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH) e o Grupo de Pesquisa História e Poder e o Laboratório de Pesquisa Estado e Poder (pesquisadores, doutorandos, mestrandos, graduandos e bolsistas e professores da rede estadual de ensino fundamental e médio), contando ainda com o apoio e parceria de diversos grupos de pesquisa.

A Linha de Pesquisa Estado e Poder tem por objeto de ensino e de investigação as práticas sociais relacionadas ao Estado e ao Poder. A abordagem que orienta seus integrantes concebe o Estado em seu sentido amplo, compreendendo a articulação entre sociedade civil e sociedade política e abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais. Compreende-se que o poder é exercido no interior da sociedade política, mas também através da intervenção das mais variadas organizações constituídas no âmbito da sociedade civil. O exercício do poder e a produção de hegemonia abrangem, portanto, esferas diversas, como a gestação e a afirmação, a crítica e a contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

O Simpósio de Pesquisa Estado e Poder ocorre desde 2007, tem periodicidade bianual e âmbito nacional. A temática central desta edição nos convida a refletir a respeito dos processos de lutas e resistências vividos na América Latina em um contexto mundial marcado pela pós-pandemia. Nesse sentido, nos interessa reunir pesquisadores que tratem das diferentes formas de resistência assumidas pelos movimentos sociais e populares em um contexto político e social marcado por crises sistêmicas. Afinal como organizar as lutas sociais estando em isolamento? Quais as alternativas foram construídas diante dessa realidade? E mais, quais estão sendo os desafios encontrados na retomada das ruas e dos espaços públicos por parte dos movimentos sociais? Esta edição busca então ser um espaço aberto e multidisciplinar para pensar temas como: a reinvenção dos movimentos sociais em territórios de urgência, novas formas de organização menos visíveis, mas persistentes, a retomada das ruas e dos espaços públicos de mobilização, a luta pelos direitos humanos, resistências feministas, movimento negro, LGBTQIA+, lutas e resistência pela democracia, resistência indígena, lutas sociais em torno da questão ambiental, enfrentamento da fome e da miséria por parte dos movimentos sociais, alternativas de sobrevivência diante de um cenário de morte e desemprego, lutas e resistências contra o fascismo e os negacionismos. Nos interessa igualmente compreender de que maneira tais visões de mundo e consciência social disputam a hegemonia no combate à discriminação, a violência e redes de ódio impostos a diversidades desses corpos, dito em outras palavras, quais estratégias de enfrentamento desses sujeitos coletivos diante da dominação de classe burguesa, que insiste em inviabilizar as lutas populares.

Nosso simpósio terá uma conferência, cinco mesas redondas, a projeção e discussão de um documentário e 24 sessões de comunicações acadêmicas, reunindo 80 apresentações de pesquisadores de diversas instituições e estados do país, além das atividades descritas na programação cultural. A comissão organizadora agradece a todos/as/es os/as/es participantes e a quem ajudou a tornar possível esta nona edição de nosso evento, que vem se constituindo como importante espaço de reflexão e discussão crítica sobre temáticas históricas contemporâneas relevantes.

Marechal Cândido Rondon, 20 de setembro de 2023.

Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO GERAL

2/10 – SEGUNDA-FEIRA	
19h às 19h:30min	Abertura e Programação Cultural
19h:30min às 20h	Programação Cultural – Teatro – <i>El nombre</i> , de Gisela Gambaro. Direção Paulo Alexandre
20h às 22h	Conferência de Abertura Dominação e Resistência . Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).

3/10 – TERÇA-FEIRA	
8h às 8h:30min	Programação Cultural (apresentação musical)
8h:30min às 12h	Mesa Redonda: A luta pela educação pública . Profa. Dra. Andréa Caldas (UFPR), Profa. Dra. Michele Fernandes Lima (UNICENTRO), Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)
13h:30min às 15h:15min	Sessão de Comunicações Acadêmicas 1 (quatro sessões paralelas)
15h:30 min às 17h:15 min	Sessão de Comunicações Acadêmicas 2 (quatro sessões paralelas)
19h às 19h:30min	Apresentação Cultural – Fotografias indígenas realizadas por estudantes da UNIOESTE
19h:30min às 22h	Arte e Resistência na Tríplice Fronteira – Projeção do documentário Pasajeras (Brasil/Paraguai, 2021), e debate com a diretora Fran Rebelatto (UNILA)

4/10 – QUARTA-FEIRA	
8h às 8h:30 min	Programação Cultural: Apresentação do projeto de extensão Observatório do Mundo Contemporâneo
8h:30min às 12h	Mesa Redonda: Mídias Sociais, Fake News e discursos de ódio . Prof. Dr. Flávio Henrique Calheiros (IFSULDEMINAS), Márcio Moretto Ribeiro (USP), e Prof. Rodrigo Paziani (UNIOESTE)
13h:30 min às 15h:15 min	Sessão de Comunicações Acadêmicas 3 (quatro sessões paralelas)
15h:30 min às 17h:15 min	Sessão de Comunicações Acadêmicas 4 (quatro sessões paralelas)
18h às 19h	Lançamento de Livros e Revistas
19h às 22h	Mesa Redonda: Memória, Verdade e Justiça . Aluizio Palmar (Movimento Memória, Verdade e Justiça), Prof. Dr. Eurelino Coelho (UEFS) Profa. Dra. Carla Luciana Silva (UNIOESTE)

5/10 – QUINTA-FEIRA	
8h às 8h:30min	Programação Cultural
8h:30min às 12h	Mesa Redonda: Resistências aos fascismos e lutas por direitos sociais . Prof. Dr. Fernando Correia Prado (UNILA), Profa. Dra. Ângela Meirelles de Oliveira (UNIOESTE), Profa. Dra. Patrícia Mechi
13h:30min às 15h:15min	Sessão de Comunicações Acadêmicas 5 (quatro sessões paralelas)
15h:30min às 17h:15min	Sessão de Comunicações Acadêmicas 6 (quatro sessões paralelas)
19h às 22h	Mesa Redonda: Autocracia, democracia burguesa e lutas de classe no Brasil atual . Profa. Dra. Virgínia Fontes (UFF / FIOCRUZ); Prof. Dr. David Maciel.
22h em diante	Confraternização

PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS

3/10 – Terça-feira, 13:30

Sessão 1. Novas Direitas e Hegemonia no Brasil Atual (1) – sala 07

- Notas para uma periodização do processo de ascensão da direita e conformação do bolsonarismo. Gilberto Calil - UNIOESTE
- É mais zoeira que liberalismo? um estudo sobre o uso dos memes como ferramenta de propagação de negacionismo e o revisionismo ideológico (2014-2018). Ana Cláudia Branchi Durães - UNIOESTE
- De Olavo a Bolsonaro: ação, ascensão e fortalecimento das “novas” direitas dentro do YouTube no Brasil recente (2014-2018). Felipe da Silva Cruz - UNIOESTE

Sessão 02. Itaipu: discurso hegemônico e efeitos sociais - sala 08

- A construção de Itaipu e o discurso midiático local. Ana Cláudia Gomes Paula - UNIOESTE
- Responsabilidade social corporativa como estratégia de dominação de classe e manutenção da ordem via criação de consenso – o caso da Itaipu Binacional. Aislan Bertolucci - SEED
- Expropriados de Itaipu Binacional: posseiros e arrendatários. Luana Milani Pradela – Colégio Ruy Barbosa
- Luta e resistência, por parte dos atingidos, diante da implantação do megaprojeto hidrelétrico de Itaipu Binacional no Oeste do Paraná. Maria José Castelano e Edson dos Santos Dias - UNIOESTE

Sessão 03. Relações de Trabalho na contemporaneidade – sala 11

- Elementos fundantes que constituem a subjetividade dos trabalhadores a partir do método de produção e reprodução toyotista. Alfredo Batista – UNIOESTE
- A implementação da tecnologia e da tecnicidade no trabalho como forma de expropriar a criatividade e a habilidade da força de trabalho humana. Amanda Karoline Berndt – UNIOESTE
- Velhice no trabalho doméstico remunerado: percepções e sentidos do trabalho para empregadas domésticas na cidade de Toledo – PR. Veronica Marques da Costa Berdague - UNIOESTE

Sessão 04. Literatura e História (1) – sala 12

- Jane Austen e os costumes matrimoniais no século XVIII e XIX no romance *Orgulho e Preconceito*. Lara Dias do Prado Salvador - UNIOESTE
- O desvelar das flores: a representação das mulheres japonesas a partir da análise do livro *Ipê e Sakura: em busca de identidade*, de Hiroko Nakamura. Gabriela Suemi Matsumi Rodrigues- UNIOESTE
- Delação, trauma e a escolha de um lado em *Cabo de Guerra de Ivone Benedetti*: a história de um narrador que não convence ou só convence a si mesmo. Maria Elizabeth Cosmo Melo – PUC-SP
- O contestado como tema histórico e ficcional: as representações da identidade sertaneja em romances históricos. Natiely Aparecida Linn - UNIOESTE

3/10 – Terça-feira, 15:30**Sessão 05. Novas Direitas e Hegemonia no Brasil Atual (2) – sala 07**

- Os discursos das novas direitas sobre a “doutrinação” comunista nas universidades brasileiras: o MBL (2015-2022). Izabella Colatino Advincola Roriz De Britto (UFMS)
- Ideologia escola sem partido e a militarização da educação pública no Paraná: um retrato da truculência das elites. Jennifer Caroline Dias - UEPG
- Pensamento reacionário: como o Estado, a Igreja e a ação popular voluntária se organizam para seu surgimento. Paulo Galeti - UNIOESTE

Sessão 06. Estado, questão social e loucura – sala 08

- Memórias e discursos sobre a loucura: o processo de Reforma Psiquiátrica no Hospital Colônia Aduauto Botelho (1970-2001). Jakeline Santos Carvalho - UNIOESTE
- Pobreza na América Latina e seus determinantes no caso brasileiro. Marize Rauber Engelbrecht - UNIOESTE
- Criminalização da “questão social” no século XXI. Laíssa Cristina Francisco - UNIOESTE

Sessão 07. História, Música e Artes Plásticas – sala 11

- O exílio e a representação da mulher na obra de Remedios Varo (1940-1963). Giulia Beatriz Schossler Plassmann - UNIOESTE
- Os festivais internacionais da música e a disseminação da ideia de uma “Espanha Diferente”. Lucas Eduardo Ferreira - UNIOESTE
- Vasos falantes: resistência artística de Émile Gallé na exposição universal de Paris de 1900. Mabel Macedo d’Haese Borges - UNIOESTE

Sessão 08. Literatura e História (2) – sala 12

- As reflexões literárias de Ailton Krenak no contexto da pandemia da Covid – 19. Camila Cararo Tonkelski- UNIOESTE
- V de Vingança: política nos quadrinhos ou um quadrinho político? Uma análise sobre o debate. Felipe Raul Rachelle - UNIOESTE
- Terror e neoliberalismo na cultura e literatura norte-americanas contemporâneas: uma análise histórica a partir de *Mao II*, de Don DeLillo, e *Leviatã*, de Paul Auster. Lucas André Berno Kölln - UNIOESTE

4/10 – Quarta-feira, 13:30**Sessão 09. Anticomunismo na história brasileira – sala 07**

- Espectro vermelho: o anticomunismo na revista “*A defesa nacional*” (1930-1936). Pedro Lucas Dopiate Borges - UNIR
- “Impulsos patrióticos em prol de uma árdua missão”: uma análise do IPM 709 –o. comunismo no Brasil (1966). Paula Eloise dos Santos - UNIOESTE
- A cobertura de imprensa sobre o fim do comunismo em olhar atual. Carla Geovanna Bengozi Borsatto - UNIOESTE
- As eleições de 2018 e o anticomunismo no Jornal Estadão. Roberta Lisana Rocha Santos - UNIOESTE

Sessão 10. Estado e teoria política – sala 08

- Geografia política: o poder e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Claude Raffestin. Evandro Del Negro da Silva - UNICENTRO
- Mitos políticos e a sua relação com a ideia do *self made man* estadunidense. Ederson Fernando Milan dos Santos - UNIOESTE
- A migração internacional em análise: elementos constitutivos da categoria e seus determinantes em tempos de mundialização do capital. Joiceni Moreira Giaretta - UNIOESTE

Sessão 11. Estado, Militares e Política – Sala 11

- Os jovens turcos e seu projeto de militarização da sociedade e do Estado brasileiro (1913-1930). Leomar Rippel - UFR
- Rumo à industrialização: a modernização industrial pelos olhos da “a defesa nacional” (1916-1945). Ana Caroline Freitas da Silva - UNIR
- O empresariado do centro industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do estado da Guanabara como intelectuais orgânicos da fusão do estado do Rio de Janeiro. Bruno Farias Lobato - UFF

Sessão 12. Questão Agrária no contexto regional– sala 12

- A questão agrária no Brasil e suas matizes no cenário paranaense. Juliana Firmino Fonzar - UNIOESTE
- (I)Migrantes, identidades e propostas de desenvolvimento agrícola no Paraná. Marcos Nestor Stein - UNIOESTE
- Aspectos da questão fundiária em Cascavel-PR. Maristela Solda - UNIOESTE
- Policultura e modernização. Jaci Poli - IFPR

4/10 – Quarta-feira, 15:30

Sessão 13. Estado e Educação – sala 07

- Estado, educação e produção social: dois momentos históricos. Alessandro de Melo – UNICENTRO; Carina Alves da Silva Darcoletto –UEPG
- Exaustão profissional nos marcos do capitalismo contemporâneo manifestada na Síndrome de Burnout. Letícia Strossi de Oliveira - UNIOESTE
- Políticas públicas de combate à evasão escolar no Brasil entre 2019 a 2022: estratégias e impactos. Erik Roberto Vicentini Teixeira - UNIOESTE

Sessão 14. Gênero: Estado, Religião e Subjetividades – sala 08

- Estado, religião e gênero: os debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na sociedade capitalista patriarcal. Amanda Pavão Matana- UNIOESTE
- Trabalho, educação, políticas sociais e patriarcado: uma análise do Programa Bolsa Família como uma *pater-política*. Ana Claudia Marochi - IFPR
- A escrita trans como potência: subjetividades e epistemologias no livro “Eu Travesti” de Luísa Marilac. Andrey Tironi da Silva - UNIOESTE

Sessão 15. História e Gênero – sala 11

- Feminismo Comunitário: o fundamento Maya na prática política das mulheres guatemaltecas sobreviventes ao conflito armado interno (1960-1996). Márya Larissa Anjos – PUC-SP
- Deusa Ishtar e Inanna, um panorama do sagrado feminino e da deusa do sexo sagrado. Pedro A. Lena Sartori - UNIOESTE

- Coletivos e ecofeministas espiritualistas na América Latina: interseções e poderes hegemônicos. Tânia Regina Zimmermann - UEMS

Sessão 16. Questão Agrária e luta pela terra – sala 12

- Movimento dos agricultores sem-terra do Sudoeste do Paraná (MASTES): entre objetivos e ações. Eleandro de Moraes Vieira - UNIOESTE
- Estrutura fundiária e luta de classes no Norte do Paraná: a guerrilha de Porecatu (1940-1951). Gabriella Souza Dias - UNILA
- Categoria trabalho, capitalismo no campo e movimentos sociais. Vantuir Trevisol - UNIOESTE

5/10 – Quinta-feira, 13:30

Sessão 17. Universidade: contra reformas e lutas por direitos – sala 07

- Reforma Universitária: minimização ou ampliação do Estado? India Nara Smaha - UNIOESTE
- As condições de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná: a uberização da educação chegou? Ellen Kauane Rutes - UEPG
- Movimento estudantil em tempos neoliberais: organização, impactos e luta. Maria Isadora Galvão Gaeski - UNIOESTE
- Os mais vulneráveis dos vulneráveis: a focalização da assistência estudantil e o serviço social. Ivanice de Oliveira Candido Neres; Jaqueline Budny; Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - UNIOESTE

Sessão 18. Estudos Indigenistas – sala 08

- Para uma leitura do problema do índio em José Carlos Mariátegui. Paulo José Koling - UNIOESTE
- Os estudos mexicanos sobre os povos mesoamericanos na revista *América Indígena* (1942-1966). Daniela Rigon Ratochinski - UEM
- D'arcy McNickle: trajetória e ativismo de um intelectual indígena estadunidense (1936-1961). Guilherme Gomes dos Santos - UEM
- A participação da etnógrafa argentina Ana Biró de Stern na revista *América Indígena* (1941-1976). Laura Beatris da Silva - UEM

Sessão 19. Trabalho e Trabalhadores no Oeste do Paraná – sala 11

- Memória(s), narrativa(s) e história oral: trabalhos coletivos *Puxirão/Pixirum* em Diamante do Sul, Paraná (1940 -1980). Anderson Arilson de Freitas - UFGD
- As relações das trabalhadoras e dos trabalhadores de confecção de Mercedes, Paraná (1993 - 2022) com as leis trabalhistas e com a justiça do trabalho. Cristhian Mensch - UNIOESTE
- Trabalho e luta por direitos: a experiência dos ex-trabalhadores da Coopagro em Toledo-PR. (1990 – 2000). Gustavo Guilherme Schneider - UNIOESTE
- Fazer-se trabalhador desde tenra idade em Guaraniaçu-PR. (1990-2023). Patricia Vieira Moraes - UNIOESTE

Sessão 20. Educação e Hegemonia – sala 12

- Entrelaces educacionais: a nova sociabilidade do capital e as consultorias identitárias. Dayana da Silva Ferreira- UNIRIO-RJ

- Notas acerca da empresa de consultoria Hoper Educação. Carlos Eduardo Boaretto Pereira - UFABC
- Implantação das escolas cívico-militares do Paraná (2020/2021): um projeto de conformação do cidadão para o mercado. Danielli Maria Neves da Silveira - UNIOESTE
- O currículo de história como instrumento de manutenção/superação da hegemonia burguesa: desafios e possibilidades de aplicação da proposta curricular da AMOP. Fernanda do Carmo - UNIOESTE

5/10 – Quinta-feira, 15:30

Sessão 21. Direitos Humanos, Proibicionismo e guerra às drogas – sala 07

- Direitos humanos e proibicionismo: “as cores da violência” como herança escravocata na guerra às drogas. Adriel José de Quadros e Maria Isabel Formoso Cardoso Silva.- UNIOESTE
- Proibicionismo no Brasil: maconha e suas possibilidades. Gabriel Miguel Almeida Felix - UNIOESTE
- Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD): o atendimento destinado às mulheres dependentes de substâncias psicoativas. Thaise Fernanda de Lima Mares - UNIOESTE

Sessão 22. Esquerda: anarquismo, socialismo, comunismo – sala 08

- O fascismo a partir de Maria Lacerda de Moura. Léia Patek de Souza – PSS SEED
- A revista *El Maestro Rural* durante o cardenismo (1934-1940). Paulo Jorge Candido Ferreira Lima - UEM – PPH. Lorraine Felisardo de Lima Monteiro - UEM
- A política anti-imperialista do partido comunista brasileiro na década de 1960. Gabriella Barrozo Garcia Rodrigues - UNIOESTE

Sessão 23. Política e região – sala 11

- Dois Vizinhos: o município a política e o poder. Cleucimara Molon Jubelli - UPF
- “*Ao trabalho dos que aqui chegaram primeiramente*”: as disputas pela memória e identidade do pioneirismo de Toledo (PR) nos documentos legislativos. Rafael Dione Trombeta - UNIOESTE
- Marcha para oeste, migração e o projeto estatal brasileiro durante o Estado Novo. Kelvin Francisco Bonsere - UNIOESTE

Sessão 24. Educação e experiências educativas – sala 12

- A educação formal como instrumento mediador no processo de ressocialização no sistema prisional. Bruno Falci Amaral - UNIOESTE
- Experiências no ensino de história: oficinas de fontes com estudantes do ensino fundamental II. Juliana Valentini - IFPR
- Projeto Folhas: formação e produção colaborativa de materiais pedagógicos no Paraná (2003-2010). Thais Thomé - UNIOESTE

RESUMOS POR SESSÃO

TERÇA-FEIRA 03/10 – 13h:30 a 15h:15

Sessão 01 - 3/10 - Novas Direitas e Hegemonia no Brasil Atual (1) – Sala 07

1. CALIL, Gilberto (UNIOESTE). Notas para uma periodização do processo de ascensão da direita e conformação do bolsonarismo. Esta comunicação propõe discutir o processo de ascensão da direita que conduz à conformação do bolsonarismo e ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), propondo que para sua compreensão é necessário retomar a construção de aparelhos privados de hegemonia voltados à propagação ideológica de direita e extrema-direita desde 2002. Este ano, que marca a eleição de Lula da Silva (PT), é também o ano em que foi constituído o Mídia sem Máscaras, aparelho através do qual Olavo de Carvalho afirmou-se como intelectual organizador de um projeto de caráter fascista. Esta primeira etapa é marcada pela construção de organizações direitistas, de diferentes matizes, como Escola sem Partido e Instituto Mises Brasil. Ao longo deste período, há o progressivo avanço organizativo e ideológico destes aparelhos e sua crescente atuação na disputa pela hegemonia. Um segundo momento é aberto pela crise política que, iniciada em 2011, se explicita inteiramente em junho de 2013. Neste contexto, em resposta às mobilizações progressistas, setores direitistas ensaiam a ocupação das ruas e radicalizam respostas reacionários à crise política. Um terceiro momento se inicia em março de 2015, quando há a efetiva e sistemática ocupação das ruas pela direita, com crescente protagonismo dos setores fascistas. É neste espaço que as posições mais extremadas se afirmam e que há uma unificação entre diferentes vertentes reacionárias, do ultraliberalismo ao fundamentalismo religioso. O bolsonarismo se impõe como síntese desta unificação. Finalmente, a última etapa deste processo corresponde ao governo Bolsonaro, e é marcada pelo explícito projeto de fascistização, com a constante, sistemática e reiterada tentativa de imposição de uma radical ruptura institucional.

2. DURÃES, Ana Cláudia Branchi (UNIOESTE). É mais zoeira que liberalismo? Um estudo sobre o uso dos memes como ferramenta de propagação de negacionismo e o revisionismo ideológico (2014-2018). Essa pesquisa busca desenvolver uma pesquisa que propõe analisar o negacionismo e o revisionismo histórico presentes nos memes publicados na página do Facebook do Liberalismo da Zoeira (LDZ) e Movimento Brasil Livre (MBL). Os memes apresentam estratégias de argumentação com distorções do conhecimento histórico, que circulam nas redes sociais na internet com constantes ataques contra a Educação e a Ciência, isso nos desafia a pensar como as burguesias atuam no meio social, a parti do conceito de hegemonia, para desapropriar de todo e qualquer conhecimento reflexivo que possibilite questionamentos do status quo e organização dos trabalhadores. Os objetivos é buscar compreender qual o impacto e possíveis implicações desse tipo de atuação com memes para o ensino de história, para educação e produção científica como um todo e analisar o a linguagem dos memes como veículo de formulações ideológicas e que também recriaram possibilidades para projetos de construção e reconstruções historiográficas com propostas amenizadoras de interpretações e até falsas na tentativa de promover um convencimento de suas visões de mundo. As fontes e metodologia partem da análise crítica dos memes publicados nas páginas de Facebook realizadas pelo LDZ e pelo MBL (memes e textos de legendas, número de curtidas e compartilhamentos) entre os anos de 2014 a 2018 e estudos teórico-metodológicos no campo da história e demais ciências, análise de imagem, linguagem e mídia, conjuntamente com o referencial marxista e as contribuições de Antonio Gramsci.

3. CRUZ, Felipe da Silva (UNIOESTE). De Olavo a Bolsonaro: ação, ascensão e fortalecimento das “novas” direitas dentro do YouTube no Brasil recente (2014-2018). A proposta dessa apresentação é fruto de uma dissertação de Mestrado que buscou refletir, analisar e compreender a ascensão e o fortalecimentos de sujeitos individuais e coletivos representativos das “novas direitas” no Brasil recente (2014-2018). Buscaremos expor o *modus operandi* de atuação de influenciadores digitais da extrema direita, tendo como elemento operacional e intelectual Olavo de Carvalho, e funcionando como “agentes do caos” cognitivo, informacional e político à serviço de diferentes frações burguesas na disputa pelo poder e na produção do consenso, buscamos ler esses sujeitos, suas produções e seus conteúdos como replicadores da “guerra cultural” olavista e bolsonarista, especialmente na plataforma digital YouTube,

à luz da visão da agenda reacionária, anticomunista (antipetista) e ultraliberal das novas direitas, propagada por diversos indivíduos dentro da plataforma nos últimos anos.

Sessão 02 - 3/10 - Itaipu: discurso hegemônico e efeitos sociais - Sala 08

1. PAULA, Ana Cláudia Gomes (UNIOESTE). A construção de Itaipu e o discurso midiático local. A Usina Hidrelétrica de Itaipu foi consolidada após a assinatura do Tratado de Itaipu em 24 de junho de 1973, o qual demonstrava o interesse do aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná. A construção da hidrelétrica tem grande presença nos noticiários da época como uma das “Obras Faraônicas” do Governo Militar brasileiro. Dessa maneira, embora o discurso da imprensa enquanto quarto poder e sua função enquanto representante da opinião pública ainda esteja vinculado as grandes mídias, é evidente que a neutralidade jornalística é utópica. Nesse sentido, o seguinte trabalho busca compreender o discurso o jornal local da cidade de Marechal Cândido Rondon, Frente Ampla de Notícias, acerca da construção da Hidrelétrica de Itaipu dos anos 1973 – 1981. Ainda buscamos analisar como os indivíduos eram convencidos de que não havia alternativas e de era preciso desapropriar áreas ocupadas para seguir “rumo ao progresso” e dar início à construção da Hidrelétrica no oeste do Paraná. Como metodologia, tem-se a utilização do objeto de pesquisa enquanto fonte (Número 17 ao 93), visto que os volumes do Jornal Frente Ampla de Notícias estão disponíveis no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) e, além disso, utiliza-se dissertações como material complementar à pesquisa.

2. BERTOLUCCI, Aislan (UNIOESTE). Responsabilidade social corporativa como estratégia de dominação de classe e manutenção da ordem via criação de consenso – o caso da Itaipu Binacional. As contribuições de Antonio Gramsci para a interpretação dialética da realidade concreta, é inegável. O arcabouço teórico e metodológico do pensador sardo ajuda-nos na compreensão das determinações e mecanismos da dominação de classe na democracia moderna – dominação essa que não se exerce somente pelo uso da força, coerção. Nesse sentido, o conceito de Estado Ampliado (Estado Integral) do marxista sardo, conforme Sonia Regina de Mendonça (2014), se apresenta como uma importante “*ferramenta metodológica*”, “*um roteiro de pesquisa*” para a apreensão destas determinações. Sendo assim, e amparados nos estudos de Gramsci, o presente texto tem por objetivo apresentar – em breves notas introdutórias – a hipótese inicial da nossa proposta de trabalho de pesquisa – diga-se, em fase de elaboração – que tem como ponto de partida a apreensão da configuração dos Programas de Responsabilidade Social Corporativa como instrumentos estratégicos de dominação de classes e manutenção da ordem via criação de consenso. A pergunta inicial que nos move é: partindo do pressuposto de que a verdadeira intencionalidade dos Programas de Responsabilidade Social Corporativa, o seu fim último, é a manutenção da ordem, o Programa de Responsabilidade Social desenvolvido pela empresa Estatal Brasileira Itaipu Binacional pode ser apreendida dentro desse escopo?

3. PRADELA, Luana Milani (UNIOESTE). Expropriados de Itaipu Binacional: posseiros e arrendatários. O processo de expropriação de Itaipu Binacional no Oeste do Paraná gerou grandes transformações para a população atingida. Cerca de 42 mil pessoas foram expropriadas para a construção da empresa e do reservatório. Destes, mais de 38 mil viviam em área rural, em propriedades com o tamanho médio de 15 hectares e com mão de obra essencialmente familiar. Além da área rural, havia vilas, distritos, como Itacorá, Alvorada do Iguaçu e Porto Mendes, cuja população também precisou se realocar ou modificar seus modos de vida, e ainda 22 famílias eram dos indígenas Avá-Guaranis, da região da Barra do Ocoí. Desta população, muitos eram trabalhadores arrendatários ou posseiros, sem título da terra e, portanto, prejudicados no processo de expropriação. Não receberam o valor da terra, mas apenas pelas benfeitorias promovidas sobre ela. Estes trabalhadores rurais foram expulsos e após pressões sobre o Estado, majoritariamente realocados em projetos de assentamento nas fronteiras agrícolas brasileiras, seguindo um projeto de ocupação guiado pelo governo ditatorial. No entanto, estes projetos não contemplavam as necessidades básicas de realocação destas famílias, oferecendo estruturas precárias ou nenhuma estrutura, em solos pouco produtivos, dificultando sobrevivência, sem a devida atenção do Estado brasileiro.

4. CASTELANO, Maria José; DIAS, Edson dos Santos (UNIOESTE). Luta e resistência, por parte dos atingidos, diante da implantação do megaprojeto hidrelétrico de Itaipu Binacional no Oeste do Paraná. Em 2023, completou-se um ciclo de 50 anos desde a assinatura do Tratado de Itaipu pelos governos do Brasil e do Paraguai. Esse marco temporal apresenta ser muito apropriado para uma reflexão sobre o gradiente das consequências da implantação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu sobre a vida de milhares de pessoas, em especial no momento de sua implantação, visto o contexto das contradições do capitalismo no Brasil. O processo de desapropriação de, aproximadamente, 40 mil pessoas, residentes do lado brasileiro, para a formação do reservatório de Itaipu, foi marcado pela reação de parcela dos desapropriados, na virada das décadas de 1970 para 1980, contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nosso objetivo, neste artigo, é analisar o processo conflituoso de implantação da Usina de Itaipu no Oeste do Paraná e a gradual tomada de consciência, por parte dos atingidos, da necessidade de resistir diante das ações tomadas pelos representantes do Estado brasileiro para garantir a implantação do megaprojeto hidrelétrico de Itaipu Binacional. Trata-se de um estudo bibliográfico e de levantamento documental sobre a questão, por meio da consulta a um conjunto de documentos, como entrevistas publicadas, trabalhos acadêmicos e demais bibliografias específicas sobre o assunto.

Sessão 03 - 3/10 - Relações de Trabalho na contemporaneidade – sala 11

1. BATISTA, Alfredo Aparecido (UNIOESTE). Elementos fundantes que constituem a subjetividade dos trabalhadores a partir do método de produção e reprodução toyotista. O trabalho é uma categoria ontológica primeira e principal que inaugura, desenvolve e efetiva a relação metabólica com a natureza orgânica e inorgânica. O trabalho é a protogênese da existência humana. Contudo, Lukács (2013) adverte: a categoria trabalho não é a única e nem a mais complexa. É a partir desta relação natural e eterna que a humanidade se originou e mantém-se viva em pleno desenvolvimento físico e psíquico. Contudo, dar vazão material à produção de instrumentos de trabalho necessita-se dos elementos que compõem o processo de trabalho, ou seja: matéria prima, instrumento de trabalho e o próprio trabalho. Durante as experiências vivenciadas desde o salto ontológico do mono em homem e seus diferentes estágios, somente a partir do século XI que os trabalhadores ampliaram a produção de objetos denominados de valores de uso e troca, inaugurando, de forma organizada, o método de produção denominado de artesanato. Este primeiro ensaio complexo, em grande escala, ganhou aperfeiçoamento quantitativo e qualitativo e, ainda no decorrer no modo de produção feudal, esgotou-se e deu vazão às primeiras experiências capitalistas industriais modernas instaurando, nas entranhas do feudalismo: nasce e desenvolve o método de produção baseado na cooperação simples. Em seguida, vivencia-se os métodos de produção fundado na manufatura, maquinaria, fordismo/taylorismo e toyotismo. A partir desse movimento demarcado historicamente, nossa proposição é responder à seguinte questão problema: em que medida o método de produção denominado de toyotismo, contribuiu/contribui para ampliar o grau de alienação e reificação dos trabalhadores?

2. BERNDT, Amanda Karoline (UNIOESTE). A implementação da tecnologia e da tecnicidade no trabalho como forma de expropriar a criatividade e a habilidade da força de trabalho humana. Na contemporaneidade, a forma de se organizar e pensar o trabalho sofreu diversas transformações que trouxeram mudanças e inovações para a sociedade moderna e contemporânea. Em decorrência do desenvolvimento do modo de produção capitalista moderno, o trabalhador é destituído dos seus saberes construídos historicamente. Esse movimento de retirada da autonomia, permitiu que o capitalismo ganhasse força e implementasse as suas sementes em cada trabalhador, moldando-o como uma ferramenta de trabalho para produzir mais-valia- absoluta e relativa. O auge dos avanços do capitalismo moderno, e, também, o motivo pelo qual esse sistema econômico de produzir e reproduzir se mantém vivo até os dias atuais, ocorre no período em que as máquinas movidas a vapor assumem uma posição de destaque dentro das indústrias. Para acumular valor de forma exponencial, o capitalista apropriou do trabalho humano em suas dimensões objetivas/subjetivas dos trabalhadores, elevando profundamente o processo de alienação da classe trabalhadora. A manifestação individual e coletiva da alienação intensificou, atingindo situações de extrema negação humana. A compreensão dos processos de trabalho nos leva a entender como os avanços técnicos e científicos, que são mais ou menos evidentes em cada período, não representam avanços para a classe trabalhadora e como se deu o processo de retirada dos

saberes históricos a partir do processo de trabalho pautado no artesanato. Esse processo contraditório a classe trabalhadora encontra-se está cada vez mais distanciada das conquistas contemporâneas, retirando seu papel de protagonismo como classe revolucionária.

3. BERDAGUE, Veronica Marques da Costa (UNIOESTE). Velhice no trabalho doméstico remunerado: percepções e sentidos do trabalho para empregadas domésticas na cidade de Toledo-PR. Meu estudo refere-se a uma investigação sobre as memórias referentes ao trabalho de mulheres com mais de 50 anos que foram inseridas precocemente no trabalho doméstico. O objetivo é resgatar a relação que as mulheres entrevistadas estabelecem entre o seu trabalho doméstico exercido desde a infância até os dias de hoje, e quais são os sentidos do ofício nas diferentes épocas de suas vidas. Pretendo identificar os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce no trabalho doméstico, as dificuldades enfrentadas, as oportunidades que lhes foram negadas ou negligenciadas, analisando as consequências do trabalho doméstico na vida dessas trabalhadoras. A pesquisa se situa no campo da história oral onde o mais relevante no fato que está sendo narrado é a forma como esse sujeito o rememora e o interpreta, sendo a maneira como os entrevistados contam a história o verdadeiro objeto de estudo da oralidade. Sendo assim, trabalhar com a história oral auxilia na compreensão sobre os processos mediante os quais as pessoas constroem sentidos e significados, permitindo ao pesquisador uma imersão nas vivências e nos modos de pensar e de agir dos sujeitos em relação à temática investigada. No caso das diaristas, não é somente corroborar com aquilo que os dados socioeconômicos demonstram, mas sim evidenciar as experiências e significados que essas mulheres dão ao seu trabalho no qual dedicaram toda a juventude e, possivelmente, grande parte da velhice. Procuo evidenciar a memória e os sentidos do trabalho dessas mulheres que fazem parte de uma vivência coletiva, de um ponto de vista sobre o passado que se relaciona e se constrói com o presente desses sujeitos.

Sessão 04 - 3/10 – Literatura e História (1) – sala 12

1. SALVADOR, Lara Dias do Prado (UNIOESTE). Jane Austen e os costumes matrimoniais no século XVIII e XIX no romance *Orgulho e Preconceito*. O romance *Orgulho e Preconceito* foi publicado no ano de 1813, sendo ele uma das obras mais conhecidas de Jane Austen. Com esse trabalho buscamos entender quais são as facetas que permeiam o matrimônio nessa virada de século, escolhida também por ser o período que a autora vive. O romance aborda o cotidiano da família Bennet, composta por seus sete membros com personalidades distintas, tendo um grande enfoque na preocupação da matriarca da família em conseguir bons pares para suas cinco filhas. No romance estão presentes um conjunto de práticas sociais, materiais e culturais, como também costumes e visões, dos quais compunham o cenário ficcional criado por Jane Austen, mas que também fizeram parte de sua vida. Para entendermos melhor como sua vida interferiu em suas obras, realizou-se um breve estudo biográfico sobre a autora, permitindo a compreensão de como esses fatores vivenciados por ela contribuem para a sua obra final. Sendo possível ver também as ambiguidades que Jane Austen presenciava quando se deparava com o casamento. Com isso o objetivo deste trabalho foi de identificar e analisar dentro da obra de Jane Austen como os costumes e práticas matrimoniais da sociedade inglesa ao final do século XVIII e início do XIX, particularmente o das classes altas tradicionais, vinculados à economia rural, como a gentry, se relacionam com os personagens e com a própria autora.

2. RODRIGUES, Gabriela Suemi Matsumi; SCHNEIDER, Claécio Ivan (UNIOESTE). O desvelar das flores: a representação das mulheres japonesas a partir da análise do livro *Ipê e Sakura: em busca de identidade*, de Hiroko Nakamura. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o romance histórico *Ipê e Sakura: Em busca de identidade*, de Hiroko Nakamura, publicado em 1988, ano em que se contemplou um reconhecimento institucional da existência da literatura escrita por mulheres, do qual a literatura feminina nipo-brasileira encontrou espaço para se manifestar mais significativamente. Ressaltamos a obra como um livro de literatura de autoria feminina nipo-brasileira, que tal como outros de sua categoria, se caracteriza por romper com o silenciamento sobre o papel da mulher nos processos de imigração, adaptação e vida no Brasil, e que registram novos enredos às protagonistas femininas. Por intermédio da obra, vamos observar as representações das mulheres imigrantes japonesas e de suas descendentes, procurando explorar a perspectiva feminina sobre o movimento imigratório e suas consequências. Além disso, visamos colocar em evidência os dramas pessoais, as dificuldades e os

conflitos de identidade das protagonistas ao enfrentarem sua nova realidade, levando em consideração aspectos pessoais e coletivos que a autora dramatiza. Para isto, os conceitos de imigração, de cotidiano e de identidade, nos auxiliam no questionamento das experiências das personagens principais. Ademais, ao contemplarmos as mulheres como protagonistas da história, objetivamos destacar a importância da literatura de autoria feminina nipo-brasileira e como esta dá voz e protagonismo às mulheres, sujeitas quase ausentes em produções literárias.

3. MELO, Maria Elizabeth Cosmo (PUC-SP). *Delação, trauma e a escolha de um lado em Cabo de Guerra de Ivone Benedetti: a história de um narrador que não convence ou só convence a si mesmo.*

O presente resumo tem por objetivo discutir e analisar a obra literária Cabo de Guerra de Ivone Benedetti, obra que discute o trauma de um narrador-personagem sem nome, que nos envolve em um convencimento de suas justificativas sobre a escolha de um lado. Em primeira análise é válido argumentar que a intersecção entre os campos da literatura e história, nos auxilia a encontrar discussões e orientações sobre o presente, a exemplo o período de turbulência enfrentado nos dias atuais com discursos inflamados de extrema direita que nos colocam frente a um autoritarismo ao qual se pensava superado. Assim as leituras destas obras contemporâneas nos trazem outras maneiras de esclarecer temas pertinentes de maneira lúdica, pois propõe ao público leitor uma transmissão do mundo real por meio da ficção. O enredo da obra se passa nos anos de 1968 a 2009. As fragmentações das vivências do personagem se condensam durante a ditadura militar no Brasil e seu estado atual de homem paraplégico se entrelaçam numa dinâmica memorialística entre presente e passado. O narrador é um delator, cooptado pelo Terrorismo de Estado brasileiro para agir como informante e passa a ser usado como peça fundamental no aparato opressivo, é ponte de informações aos militares nos movimentos de esquerda ao qual pertenceu em outrora. A autora nos tenciona no lado das duas partes da corda, como sugere o título do livro “feito uma brincadeira de cabo de guerra”, por vezes desperta em nós a compreensão, expondo feridas do narrador em troca de uma humanização forçada e do outro lado nos coloca em um jogo de traições, vivências múltiplas de dificuldade, envoltos a um contexto de perseguição, desaparecimentos e violência. Em um presente de disputa de memória sobre as narrativas do regime militar a obra literária cumpre o seu papel social de debater a memória daqueles que precisam se lembrar e dos que precisam ser lembrados.

4. LINN, Natiely Aparecida (UNIOESTE). *O contestado como tema histórico e ficcional: as representações da identidade sertaneja em romances históricos.* Nesta pesquisa pretendemos analisar as representações construídas em torno da Guerra do Contestado, mais especificadamente a forma pela qual são identificados os sujeitos que participaram desse conflito. Para isso, foram selecionadas três fontes – de três temporalidades distintas – pertencentes ao gênero literário romance histórico: *Geração do Deserto* (1964), de Guido Wilmar Sassi; *O Dragão Vermelho do Contestado* (1998), de Aulo Sanford de Vasconcelos; e *O Reino Místico dos Pinheirais* (2011), de Wilson Joel Leal Gasino. Um dos objetivos desse trabalho é analisar a forma pela qual os sertanejos do Contestado foram sendo caracterizados pelos romancistas com o passar do tempo, levando em consideração o contexto histórico em que cada autor escreveu e publicou sua obra. Quanto ao espaço geográfico delimitado para essa pesquisa, cabe dizer que não existem fronteiras fixas, pois trata-se do território contestado, que envolve os estados do Paraná e de Santa Catarina. Nesse sentido, considerando se tratar de um trabalho sobre história regional, cabe salientar a importância de se trabalhar com a questão da identidade, pois na região Sul há a predominância de uma visão oficializada, que resultou na construção de uma história que privilegia a presença dos imigrantes e acaba excluindo muitos outros sujeitos que estiveram presentes nesse meio como, por exemplo, sertanejos, imigrantes pobres, indígenas, aventureiros, escravos fugidos, dentre outros. Assim, é possível afirmar que este trabalho também tem como objetivo desconstruir essa versão oficializada, mostrando o protagonismo desses sujeitos marginalizados que povoaram e povoam não somente os estados do Paraná e de Santa Catarina, mas todo o Brasil.

TERÇA-FEIRA 03/10 – 15h:30 a 17h:30**Sessão 05 - 3/10 - Novas Direitas e Hegemonia no Brasil Atual (2) – sala 07**

1. BRITTO, Izabella Colatino Advincola Roriz de (UFMS). Os discursos das novas direitas sobre a “doutrinação” comunista nas universidades brasileiras: o MBL (2015-2022). O presente trabalho, tem como objetivo, investigar a atuação ideológica dos movimentos e intelectuais, que surgiram no Brasil a partir dos anos 2000, que fazem parte da “direita” brasileira”. Esses grupos tiveram maior destaque no cenário político a partir das jornadas de junho em 2014 e posteriormente se tornaram agentes políticos após o Impeachment da presidenta Dilma Roussef. Entre esses grupos que se destacaram durante esse processo político, podemos destacar o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Brasil Paralelo, como os agentes produtores de materiais ideológicos e políticos da nova direita, principalmente nas redes sociais e grupos de WhatsApp e Telegram, agindo como aparelhos privados de hegemonia, na produção do consenso de um projeto de direita neoliberal. Dentre as diferentes temáticas debatidas por esses grupos, temos como principal objeto de análise, as produções de conteúdo e discursos ideológicos, sobre uma agenda suposta doutrinação ideológica dos professores e de toda estrutura universitária, de vertente comunista, nas universidades brasileiras. Essa suposta doutrinação, tem sido utilizada para atacar as universidades pública no Brasil e seus professores, procurando denunciar as universidades e propor modelos privatistas da educação. Dentre os principais movimentos iremos focar no Movimento Brasil livre (MBL) e Brasil Paralelo.

2. DIAS, Jennifer Caroline (UEPG). Ideologia escola sem partido e a militarização da educação pública no Paraná: um retrato da truculência das elites. Nas últimas décadas foi possível identificar a expressividade de movimentos ultraconservadores nas disputas em torno da educação pública. Assim, levantamos a hipótese formulada por Colombo (2018) de que Movimento Escola Sem Partido (MESP), outrora um movimento isolado, assumiu a função de uma frente de ação ideológica, cujo principal interesse é a defesa irrestrita da ordem capitalista. No giro estratégico do MESP, suas principais bandeiras são a privatização da educação em todos os níveis, a defesa do ensino domiciliar e a militarização das escolas. Esta última, objeto de maior atenção neste trabalho, foi inspirada no programa educacional de Jair Bolsonaro e tem como finalidade agredir, dificultar e fragmentar a organização de estudantes em movimentos anti-capitalistas e anti-opressão. Assim, à luz do materialismo histórico-dialético, busca-se compreender o avanço sistemático do ultraconservadorismo educação paranaense, em que a militarização das escolas públicas é também um movimento reacionário, para preservar o poder econômico e ideológico nas mãos das oligarquias regionais.

3. GALETI, Paulo (UNIOESTE). Pensamento reacionário: como o Estado, a igreja e a ação popular voluntária se organizam para seu surgimento. O presente trabalho abordará a formação do pensamento reacionário partindo do pressuposto que o Estado é um organismo multifuncional, mas que historicamente é constituído para se organizar por um equilíbrio de forças políticas. O pensamento Gramsciano vai discutir a ideia da formação reacionária que é visto dentro da sociedade civil através dos intelectuais orgânicos e que influem diretamente na sociedade política. Porém, através dos aparelhos hegemônicos, se tem uma coordenação do pensamento coletivo, e logo notamos uma predominância do pensamento religioso na formação reacionária. Seja por um momento de crise, ou através do surgimento do pensamento revolucionário, a igreja enquanto instituição se manifesta como intelectual disputando hegemonia dentro dos espaços. Logo, o Estado como mecanismo administrativo ou o que conhecemos como sociedade política vai ser impactado e muitas vezes moldado ao critério de uma instituição que historicamente é possível de articular uma militância e até mesmo uma organização administrativa. Ademais, o atrito da hegemonia enquanto forma de atuação do grupo, são orientados por uma noção intelectual, com bases políticas e que muitas vezes vão cooptar para o levante popular. Pois, ao incitar perversões morais, mudança na ordem, ou mesmo convencimento através do medo fazem com que a ação popular aconteça de maneira voluntária, servindo de forma a defesa de um padrão de sociedade de maneira saudosa, logo se forma o pensamento reacionário. Em suma, qualquer mudança que aconteça no seio da sociedade civil, e que tenha impacto na normativa da sociedade, vai incitar a organização conservadora e muitas vezes reacionária.

Sessão 06 - 3/10 - Estado, questão social e loucura – sala 08

1. CARVALHO, Jakeline Santos (UNIOESTE). Memórias e discursos sobre a loucura: o processo de Reforma Psiquiátrica no Hospital Colônia Adauto Botelho (1970-2001). A segunda metade do século XX foi marcada por diferentes transformações na assistência psiquiátrica no Brasil, que vieram de movimentações vindas do interior das instituições psiquiátricas, principalmente em prol de uma reforma psiquiátrica a partir da década de 1970. O objetivo desse estudo foi analisar as memórias sobre a reforma psiquiátrica no Hospital Colônia Adauto Botelho (HCAB), localizado em Pinhais, região metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná, entre o período de 1970 a 2001. A instituição foi criada em 1954 através do Plano Hospitalar Psiquiátrico e foi construída nos moldes de hospital colônia, que era baseado na praxiterapia, principalmente agrícola, considerada moderna à sua época. Através das metodologias de História Oral e de Análise do Discurso foram realizadas e analisadas entrevistas com funcionários e ex-funcionários do HCAB e do médico e político Florisvaldo Fier, conhecido como Doutor Rosinha, que foi responsável pela criação da lei de reforma psiquiátrica no Paraná no ano de 1995. A narrativa dos sujeitos entrevistados está ancorada na rememoração das experiências cotidianas vividas em um momento em que as instituições psiquiátricas ainda carregavam traços manicomial e desenvolviam projetos internos com objetivo de mudar esse cenário. Neste sentido, ao problematizar tais narrativas, foi possível um aprendizado sobre a experiência do outro, sobre a constituição das subjetividades dos sujeitos que vivenciaram as mudanças do paradigma médico psiquiátrico e sobre as memórias individuais e coletivas que dão ênfase mais à significados da vida cotidiana no HCAB do que a eventos.

2. ENGELBRECHT, Marize Rauber(UNIOESTE). Pobreza na América Latina e seus determinantes no caso brasileiro. O artigo que se propõe é resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica sobre a pobreza e suas determinações e objetiva apresentar de forma histórica e conceitual como tem se constituído no contexto nacional brasileiro tendo como pano de fundo o cenário da América Latina. Desde a época das independências, a América Latina padece da falta de capital e de elevados juros e não consegue deixar de liderar os rankings de pobreza e disparidade de renda entre os países em desenvolvimento e, persiste como um fenômeno estrutural que caracteriza a sociedade latino-americana. A pobreza é uma questão social recorrente nos países latinos e que se perpetua em um processo de empobrecimento histórico e social, dado por determinantes econômicos, políticos e culturais, se reproduzido mediante mecanismos que o reforçam e o expandem tendo sempre presente o peso da oligarquia e do autoritarismo. Neste sentido, as causas e os efeitos da pobreza não se diferem significativamente e por serem de ordem estrutural estão entrelaçados nos países colonizados e escravizados, desde sua origem. O Brasil, tem em seu horizonte uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, mas a pobreza inquieta e atormenta. Essa modernidade trouxe evidências de um sistema de desigualdades, em que a pobreza recebeu promessas de futuro, porém a ação se torna invisível, desafiando teoria, modelos e governos, portanto, a pobreza brasileira não deixa de ser enigmática com suas raízes seculares em um empobrecimento gradativo e intenso dos trabalhadores. Fica evidente, portanto, que o Brasil não foi capaz de vencer a desigualdade e a heterogeneidade herdadas da escravidão, da grande propriedade, das dificuldades do trabalho livre e do controle do acesso à propriedade, tudo isso agravado pela abundância da força de trabalho.

3. FRANCISCO, Laíssa Cristina (UNIOESTE). Criminalização da “questão social” no século XXI. O seguinte trabalho objetiva discutir as relações de força que refletem a criminalização da “questão social”. Com isso, traz como objetivo geral o entendimento das relações sociais estabelecidas entre o empregado, a sociedade e o empregador dono dos meios de produção, com a institucionalização e formalização das relações trabalhistas, havendo, conseqüente, a desconfiguração da imagem do trabalho, que era visto como algo ruim, mas passa a ser símbolo de honestidade e combate à preguiça, mostrando que o homem seria independente. Como metodologia, utilizou-se de bibliografias e documentos. Portanto, nota-se a seguinte questão: a criminalização da “questão social” é estabelecida a partir da agudização das expressões da “questão social”. A sociedade brasileira reflete, então, as desigualdades e antagonismos de lutas sociais que nunca transformaram, de fato, as estruturas socialmente determinadas e que aquele não trabalha não está contribuindo para o desenvolvimento nacional, sendo considerado,

portanto, um peso para a sociedade a qual pertence. Assim, a “questão social” passa a ser naturalizada e, suas expressões passam a ser responsabilidades dos trabalhadores que, por sua vez, tornam-se dependentes da mão de obra, sendo obrigados a trabalharem e aceitarem a exploração que aumenta a cada dia. Tudo isso, faz com que a ociosidade enraizada na consciência brasileira seja afastada, levando o trabalhador cada vez mais a permitir que suas forças sejam sugadas pelo capitalista empregador.

Sessão 07 - 3/10 - História, Música e Artes Plásticas – sala 11

1. PLASSMANN, Giulia Beatriz Schossler (UNIOESTE). **O exílio e a representação da mulher na obra de Remedios Varo (1940-1963)**. Remedios Varo é uma artista espanhola que vivenciou duas guerras, a Guerra civil Espanhola em 1936 e a Segunda Guerra Mundial. Ela foi participante do movimento surrealista parisiense de 1936 a 1939. Em 1940, ela, Benjamin Peret e outras centenas de intelectuais e artistas se refugiam no México como exilados políticos, em decorrência da invasão das tropas de Hitler na França. Os objetivos da pesquisa em andamento é de analisar as obras de Remedios Varo, partindo da análise das fontes iconográfica a fim de investigar como o exílio influenciou sua vida e suas obras, evidenciando como o exílio pode ser um processo doloroso e quais suas implicações no século XX na arte, na cultura e na política, em especial no recorte temporal de 1940 a 1963, período de exílio da artista até sua morte. Outro objetivo da pesquisa é analisar as representações femininas que a artista traz em suas obras, sob uma perspectiva decolonial de gênero, pensando as influências e as críticas que a artista realiza a respeito da condição da mulher no século XX. As relações de poder estão imbricadas na lógica de dominação feminina e no processo de exílio que é significativamente prejudicial e abrangente, ao passo que milhares de pessoas foram retiradas de seus países, em fuga dos governos ditatoriais e do contexto de guerra. Nem tudo é terror, e as produções intelectuais de exilados geralmente são de altíssima qualidade, porém é necessário investigar os vestígios obscuros desse processo que é essencialmente doloroso.

2. FERREIRA, Lucas Eduardo (UNIOESTE). **Os festivais internacionais da música e a disseminação da ideia de uma “Espanha diferente”**. Analisa-se nesse trabalho como que os campeonatos internacionais de música, Eurovision e o Festival OTI da canção (Organização de Televisão Iberoamericana), foram utilizados no processo propagandista da Espanha Franquista durante os anos finais de governo, entre 1968 e 1975. Deste modo, buscaremos enfatizar a integração das diferentes visões e finalidades de cada programa: o Eurovision voltado a Europa Ocidental, e o OTI a América. Logo, esses festivais se configuram como produtos instigantes para a análise audiovisual da competição em si. Além disso, há a possibilidade de observar outros meios propagandistas vinculadas e dependentes nessas edições do grifo da Espanha, como por exemplo, cartazes, vídeos publicitários e artigos de revistas e jornais. Vale a pena atentar-se e comparar como que as vitórias espanholas aparecem na visão nacional e internacional, além de como elas foram utilizadas para ressaltar as supostas ideias de mudança e melhora política e econômica, que a propaganda espanhola tentava demonstrar para além de suas fronteiras. Importante ressaltar que a análise será centrada na Espanha, buscando no Pós-primeira guerra os incidentes que culminaram na Guerra Civil espanhola, e os acontecimentos até a execução dos festivais no território espanhol, durante o pós-guerra, analisando assim questões como a Guerra-Fria, perpassando principalmente sobre os temas do Milagre econômico espanhol e principalmente do Fascismo aos moldes de Franco ou Franquismo.

3. BORGES, Mabel Macedo d’Haese (UNIOESTE). **Vasos falantes: resistência artística de Émile Gallé na exposição universal de paris de 1900**. No contexto do *fin-de-siècle* francês, Émile Gallé consolidou-se como artista vítreo do movimento do arte nouveau, defendendo através de seus vasos e escritos posicionamentos perante a sociedade e a modernidade emergente. Gallé, que além de artista era também um industrialista, desenvolveu o conceito de *vasos falantes*, nos quais combinava estética visual naturalista e orgânica com versos de poesia que emanavam fortes convicções de maneira sensível. Compreendendo a si mesmo como um vulgarizador da arte, sua intenção era operacionalizar as novas potencialidades da indústria moderna para ampliar o alcance dos objetos de arte, que passariam a falar a linguagem das coisas mudas. Para esta comunicação, pretende-se olhar para a instalação Fornalha Vítreo, apresentada pelo artista na Exposição Universal de Paris de 1900, cuja intenção envolvia seu

posicionamento como intelectual frente ao Caso Dreyfus. Através dessa análise pretendemos perceber como Gallé mobiliza o objeto de arte em defesa da democratização.

Sessão 08 - 3/10 - Literatura e História (2) – sala 12

1. TONKELSKI, Camila Cararo (UNIOESTE). As reflexões literárias de Ailton Krenak no contexto da Pandemia da Covid – 19. O presente estudo tem por intuito analisar a literatura indígena, especificamente aquela produzida por Ailton Krenak, como instrumento de resistência e crítica ao avanço da mentalidade capitalista na contemporaneidade. Ailton Krenak é uma figura bastante conhecida na defesa dos direitos dos povos indígenas, como exemplo, cita-se sua participação na Assembleia Constituinte de 1987 que influenciou na redação do “Capítulo VIII: dos índios”, da Constituição Federal de 1988. Além disso, ele participou de projetos em defesa dos povos originários, tais como a criação da Aliança dos Povos da Floresta e da União das Nações Indígenas (UNI). Em novembro de 2015, o maior desastre ambiental da história do país, o rompimento da Barragem de Fundão na localidade de Mariana/MG, impactou diretamente no modo de vida do povo Krenak, que depende do *Watu* (Rio Doce) para sua sobrevivência física e cultural. Nesse cenário, notou-se que Ailton Krenak realizou manifestações incisivas demonstrando como o direito de seu povo em relação ao território e ao rio foram absolutamente desrespeitados quando o *Watu* foi atingido pelos minérios da barragem rompida. Durante e após o contexto da pandemia da COVID-19, o autor em questão intensificou suas reflexões por meio de *lives*, entrevistas e *podcasts* que posteriormente viraram livros publicados. Esses livros foram elaborados a partir de uma perspectiva de proteção e preservação ao meio ambiente e a cultura dos povos originários, logo, eles contêm uma análise profícua acerca dos efeitos negativos que sistema capitalista introduzido pelos colonizadores no Brasil tem sobre a vida prática dos seres humanos e demais seres vivos. Segundo a ótica de Ailton Krenak, a pandemia é um desses efeitos.

2. RACHELLE, Felipe Raul (UNIOESTE). V de Vingança: política nos quadrinhos ou um quadrinho político? Uma análise sobre o debate. Este trabalho tem por intuito construir uma análise sobre a obra *V From Vendetta* (V de Vingança, no Brasil), do autor e quadrinista inglês Alan Moore e do desenhista inglês David Lloyd, tendo sua primeira edição publicada entre os anos de 1982 e 1988. A obra, que retrata um futuro distópico onde um partido conservador assume o poder após um conflito nuclear no planeta, está repleto de questões e influências políticas por conta do seu autor e das temáticas apresentadas. Apresentando elementos presentes em obras de autores como Hannah Arendt (com o livro *Origens do Totalitarismo*), ou ainda George Orwell (com a obra *1984*), Moore constrói sua narrativa numa clara exaltação ao anarquismo proposto pelo protagonista da obra, simplesmente chamado de V, que age nas sombras planejando e tramando atentados contra o governo totalitário imposto pelo alto chanceler, Adam Sutler. O quadrinho, que representa um marco dentro das HQs enquanto obra, foi um grande sucesso de críticas e vendas, ganhando novas edições posteriores ao seu lançamento, sendo publicado em diversos países e traduzido para vários idiomas, e recebendo uma adaptação cinematográfica no ano de 2005. A ideia deste trabalho é pensar as relações entre uma produção cultural, uma obra tal qual uma HQ, e os debates que suas temáticas e recursos literários ocasionam. As escolhas do autor, a recepção por parte do público, bem como suas variadas interpretações e usos posteriores serão aqui pensadas, e, para além disso, de que maneira um quadrinho pode ser visto como uma ferramenta política e como ele fomenta diferentes debates acerca de si, sobre diferentes noções e interpretações de elementos presentes na sociedade, como o próprio Estado e seu papel na sociedade, as próprias construções políticas, e das temáticas que trata.

3. KÖLLN, Lucas André Berno (UNIOESTE). Terror e neoliberalismo na cultura e literatura norte-americanas contemporâneas: uma análise histórica a partir de *Mao II*, de Don DeLillo, e *Leviatã*, de Paul Auster. A proposta dessa comunicação é apresentar a ligação entre o impacto sociocultural do terrorismo nos Estados Unidos e a consolidação do neoliberalismo como regime de capitalismo entre os anos 1970-1990. Para isso pretendo usar amostras de literatura norte-americana produzida nessa época, em especial dois romances: *Mao II*, de Don DeLillo, publicado em 1991; e *Leviatã*, de Paul Auster, publicado em 1992. Por meio da análise de algumas passagens e alguns personagens dos dois livros, busca-se demonstrar como a sensação de vulnerabilidade desencadeada pelos atentados contra bases militares norte-americanas nos anos 1980 enraizou-se também na instabilidade socioeconômica causada

pela ascensão do neoliberalismo. Tornada aguda pela crise do petróleo nos anos 1970, e participando da crônica decadência do Estado de Bem-Estar Social por volta da mesma época, a digestão cultural e psicológica do terrorismo se alimentou da insegurança vivenciada por grandes porções da sociedade norte-americana, às voltas com recessões, cortes de leis trabalhistas, eliminação das instituições de seguridade social e privatização de bens e serviços públicos. O terrorismo, em especial o terrorista islâmico disposto a se transformar num homem-bomba, assombrou os Estados Unidos de modo diretamente proporcional à insegurança e à vulnerabilidade em que essa sociedade se percebia como presa da mudança de marcha do capitalismo.

QUARTA-FEIRA 4/10 – 13h:30 a 15h:15

Sessão 09 - 4/10 - Anticomunismo na história brasileira – sala 07

1. BORGES, Pedro Lucas Dopiate (UNIR). *Espectro vermelho: o anticomunismo na revista “A defesa nacional” (1930-1936)*. O objetivo deste trabalho, é analisar a construção do anticomunismo na revista A Defesa Nacional de 1930 a 1936. A Defesa Nacional foi criada em outubro de 1913 por um grupo de militares subalternos do Exército Brasileiro, a maioria desses oficiais tinham feito estágio de dois anos nos corpos das tropas do exército alemão de 1906 a 1912. Nesse sentido, decidiram constituir uma revista com a justificativa de levar para dentro das unidades militares os conhecimentos aprendidos na Alemanha e elevar o nível de profissionalização do Exército Brasileiro. Contudo, a revista não focou somente em assuntos estritamente das técnicas militares, podendo ser encontrado em todas as suas publicações uma parte considerável de artigos que tratam sobre assuntos políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos. Apesar de ser a partir de 1935 que o anticomunismo se torna mais visível e começa a se consolidar como uma política de Estado brasileiro, o referido assunto já é tratado em artigos da revista "A Defesa Nacional", desde 1930. Essa data é fundamental para compreender que o golpe militar que conduziu Vargas na chefia do Executivo nacional, foi dado com apoio ou cumplicidade de parte considerável dos integrantes da revista que já estavam na cúpula hierárquica do Exército na ocasião. A partir de então, houve a reformulação do conselho editorial da revista e o novo grupo, reformula a forma dos militares intervirem na política brasileira de acordo com o projeto de industrialização pensada por eles. Assim surgem os artigos anticomunistas nas páginas da revista.

2. SANTOS, Paula Eloise dos (UNIOESTE), “Impulsos patrióticos em prol de uma árdua missão”: uma análise do IPM 709 – o comunismo no Brasil (1966). No decorrer da história republicana brasileira, o anticomunismo foi disseminado por meio de ações estatais e de organizações militares e civis conservadoras, que consolidou o comunismo como inimigo das Forças Armadas. No início da década de 1960, grande parte do Exército se mobilizou em resposta à suposta ameaça de uma revolução comunista, mesmo sem haver evidências concretas de um processo revolucionário em curso. Diante desse contexto, diversos oficiais desempenharam um papel político na luta contra o comunismo, em especial o coronel Ferdinando de Carvalho. Logo, a pesquisa analisou a atuação do coronel enquanto intelectual orgânico, difusor da ideologia anticomunista, através do *Inquérito Policial Militar nº 709: O comunismo no Brasil*. O interesse foi compreender no discurso de Carvalho o exercício do pensamento anticomunista e a singularidade dessa doutrina quanto a veracidade da ameaça revolucionária para o país, partindo da investigação documental do primeiro volume do IPM, o qual abordou as atividades partidárias e as ações do Partido Comunista Brasileiro, que se encontrava na ilegalidade. Para realizar a análise, foi utilizado o método da Análise de Discurso e as categorias analíticas de Antonio Gramsci, refletindo sobre a intelectualidade orgânica do militar na disputa pela hegemonia através do discurso anticomunista, que consolidou o bloco histórico do período.

3. BORSATTO, Carla Geovanna Bengozi (UNIOESTE). *A cobertura de imprensa sobre o fim do comunismo em olhar atual*. A pesquisa foi organizada e desenvolvida a partir de minha experiência como bolsista. No primeiro momento tive uma imersão do tema com bibliografias referentes ao jornalismo e seu impacto e influencia acerca de diversos temas dentro da sociedade, além de estudar mais a fundo o momento político e social que a bipolaridade da guerra fria ocasionou, por fim selecionei revistas da Veja dos anos de 1989-1991 como fontes para o meu trabalho. Meu projeto de iniciação

científica tem como objetivo investigar as causas e efeitos da queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tal como da Guerra Fria, em uma perspectiva do jornalismo brasileiro com maior foco na revista *Veja* que era um dos principais meio de comunicação do país e cobriu esses fenômenos históricos. A abordagem da revista traz um discurso anticomunista, exaltando o que seria o fim do comunismo. O discurso coloca esse processo como sendo uma verdadeira revolução e caça aos comunistas. A revista se soma à propaganda anticomunista que exalta o que chamam de “vitória do capitalismo”, a partir disso traz aos seus leitores relatos de pessoas desempregadas, empresas falindo, poluição pelas fábricas, uma economia em ruínas e famílias passando fome, tudo isso sendo justificado pelo comunismo.

4. SANTOS, Roberta Lisana Rocha (UNIOESTE). As eleições de 2018 e o anticomunismo no Jornal Estadão. A presente proposta de comunicação visa discorrer acerca do fortalecimento do debate anticomunista que reascendeu no cenário político brasileiro, no contexto das eleições de 2018. Para os fins aqui propostos serão analisadas publicações do jornal paulista, *Estadão*, com o intuito de perceber o teor dos discursos produzidos por este veículo de imprensa e a íntima correlação entre anticomunismo e antipetismo. O jornal é aqui compreendido, na perspectiva gramsciana enquanto um aparelho privado de hegemonia que difunde valores e visões de mundo, diretamente atrelados aos interesses de segmentos da burguesia nacional. O anticomunismo, por sua vez, é compreendido enquanto um fenômeno histórico que de tempos em tempos emerge na cena política brasileira, contra os ditos “inimigos da ordem”, mas, não se trata simplesmente de uma oposição a partidos ou organizações de esquerda, logo o anticomunismo disseminado pelo jornal em estudo encontra-se diretamente atrelado aos conflitos de classes e avanço de pautas protagonizadas pela classe trabalhadora, a atuação da imprensa, neste sentido, se dá através da construção de uma visão degradante e criminalizada desses movimentos de modo que seja compartilhada por toda a sociedade e garanta, assim, a hegemonia em torno do anticomunismo.

Sessão 10 - 4/10 - Estado e teoria política – sala 08

1. SILVA, Evandro Del Negro da (UNICENTRO). Geografia política: o poder e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Claude Raffestin. O poder sempre foi objeto de interesse dos diversos grupos ao longo do tempo pela humanidade, mas a partir da criação do Estado moderno a sua relação e influência sobre outras instituições ficando cada vez mais perceptível na sociedade. Assim o objetivo do resumo tem como anseio evidenciar através da leitura dos grandes teóricos da geografia, como, Friedrich Ratzel (1844 - 1904) e Claude Raffestin (1936) o desenvolvimento e as contribuições da geografia política. Metodologicamente o projeto será desenvolvido através de levantamento bibliográfico, pautado em teóricos fundamentais que discutem poder no Estado, na ciência geográfica. Assim para Friedrich Ratzel a formação da geografia política, evidenciando o papel do Estado e a relação Estado-poder. Destacando que a geografia política se firma, de fato, em 1897, com Ratzel, o qual parte do estudo do Estado como elemento que mantém relação com o solo, pois dessa forma, uma comunidade pode explorar as potencialidades de um território. Ainda segundo Ratzel, o Estado é o único a deter o poder, desse modo, o poder concentra-se no Estado. Já para Claude Raffestin aborda a influência do Estado e a sua evolução ligada às representações geográficas, à religião e a ideia de nação, assim como, evidencia os conceitos de fronteira, zonas de contato, população e circulação. Vale destacar que cada teórico viveu em um período chave na constituição na sociedade moderna, tendo suas ideias auxiliado no entendimento do espaço precisamente naquele momento histórico. Assim a presente pesquisa, visa ajudar futuras análises sobre o poder e o Estado, tendo como base uma visão geográfica.

2. SANTOS, Ederson Fernando Milan dos (UNIOESTE). Mitos políticos e a sua relação com a ideia do *self made man* estadunidense. Os mitos exercem um papel importante na construção dos imaginários sociais, sendo seu estudo uma parte importante dentro das ciências humanas. Sua interpretação é tão vasta quanto sua imensidão de significados, sendo complicado, senão impossível, definir uma única interpretação para tal. Segundo Silva e Silva (2010), todas as sociedades humanas elaboram mitos, sejam estas representações do inconsciente coletivo, das estruturas sociais ou até mesmo que tenham função prática na sociedade. Uma discussão centrada na estrutura das mitologias políticas retoma a ideia de sacralização dos mitos das sociedades antigas e a associa com os processos de heroificação e de formação de imagens míticas nas sociedades contemporâneas. Assim, a análise tem

o foco na construção do mito do *self made man*, sendo que no contexto estadunidense, este se refere à construção de uma “imagem fundadora”, a qual certos personagens – no caso o *self made man* – são heroicizados e utilizados como fonte de inspiração para diversas expressões artísticas, como por exemplo, obras literárias, canções e pinturas. É possível observar como essa imagem foi ressignificada para outros contextos e criando, advertida ou inadvertidamente, uma mitologia política em torno da figura de um “Salvador”, para citar Raoul Girardet (1987). O papel dos mitos políticos na sociedade moderna fornece um modelo de conduta que cumpre uma função social estabelecida e os traços característicos do mito e do processo de heroificação se adequam conforme a personalidade do personagem e as necessidades de uma sociedade em determinado momento. O mito, segundo Girardet, aparece dessa maneira como revelador ideológico de um sistema de valores ou tipo de mentalidade.

3. GIARETTA, Joiceni Moreira (UNIOESTE). A migração internacional em análise: elementos constitutivos da categoria e seus determinantes em tempos de mundialização do capital. O deslocamento de pessoas é comum desde o início da humanidade. O ato de migrar sempre teve motivos variados, mas especialmente a busca de melhores condições de sobrevivência: inicialmente, a procura por lugares cujas características fossem mais adequadas a manutenção da vida, levando em consideração as condições climáticas, a quantidade de alimentos ofertados na coleta, pesca ou caça; após esse período, a procura de terras cultiváveis, ou seja, motivos e determinações que se alteram através do tempo. Contudo, é no modo de produção capitalista, na expropriação dos meios de produção e de subsistência e na exploração da força de trabalho, que a migração passa a ser determinada de acordo com os interesses do capital que usa, especialmente, da regulação jurídica para organizar o fluxo migratório dentro de cada país. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é trazer a discussão sobre a migração internacional e a mundialização do capital, a superexploração da força de trabalho desses migrantes e a falta de políticas sociais direcionadas a eles, bem como a ausência de medidas que garantam, de fato, a sobrevivência com o acolhimento dessas pessoas e efetivação de seus direitos, a compreensão de suas histórias, cultura, religião e demais aspectos das relações sociais, a fim de prestar um atendimento adequado e que venha a fortalecer o combate ao racismo e a xenofobia.

Sessão 11 - 4/10 - Estado, Militares e Política – Sala 11

1. RIPPEL, Leomar (UNIR). Os jovens turcos e seu projeto de militarização da sociedade e do Estado brasileiro (1913-1930). O objetivo desse texto é problematizar em torno do pensamento político interventor dos Jovens Turcos. Esse grupo de oficiais brasileiros estagiaram nos corpos do exército alemão de 1906 a 1912, ao voltarem para o Brasil, decidiram fundar uma revista que possibilitasse levar para dentro das unidades do Exército Brasileiro seus conhecimentos aprendidos na Alemanha, bem como suas concepções atinentes a sociedade e ao Estado brasileiro. Para tanto, no intuito de compreender o projeto conservador de militarização da sociedade e do Estado brasileiro, serão analisados além de inúmeros artigos escritos na revista A Defesa Nacional de 1913 a 19130, textos escritos pelos oficiais militares que estavam na caserna no período analisados, bem como um conjunto de bibliografias que tratam da história militar na Primeira República. Espera-se que o presente trabalho contribua para compreender os oficiais do Exército Brasileiro no início do século XX, como sendo sujeitos centrais no que concerne as preocupações com a industrialização do Brasil, especialmente a partir de 1914 com o advento da Primeira Guerra Mundial e na construção de uma concepção militarizada tanto da sociedade quanto Estado brasileiro, em razão dos militares se considerarem como sujeitos de moral superior em relação a quem não pertencia a caserna.

2. SILVA, Ana Caroline Freitas da (UNIR). Rumo à industrialização: a modernização industrial pelos olhos da “a defesa nacional” (1916-1945). O objetivo do presente trabalho é compreender as preocupações dos “Jovens Turcos” no que concerne à industrialização brasileira a partir de 1913. Esse grupo de jovens oficiais subalternos do Exército Brasileiro estagiaram - por meio de um acordo entre o governo brasileiro e alemão, firmado em 1905 - nos corpos das tropas do Exército Alemão de 1906 a 1912. O referido acordo tinha por objetivo aperfeiçoar conhecimentos no âmbito das novas técnicas militares, armamentos e elevar o nível de profissionalização do Exército Brasileiro, visto que o Exército Alemão era considerado, na época, a corporação militar mais avançada e mais eficiente. A última turma

que realizou o estágio (1910-1912), ao voltarem ao Brasil, decidiram fundar uma revista que segundo eles tinha por objetivo principal divulgar temas relacionados à defesa nacional, tais como: estratégias militares e tecnologia bélica, no intuito de fortalecer a capacidade defensiva e dissuasórias nacionais. A Primeira Guerra Mundial mostrou que os conflitos contemporâneos se constituíam apenas na mobilização de tropas militares, mas um conjunto de outros elementos que envolviam diretamente o Estado, ou seja, era necessário mobilizar um conjunto de esforços para o desenvolvimento, industrial, científico e tecnológico de uma nação. Nesse sentido, a partir de 1916, a revista começou a dar ênfase em suas publicações no intuito de ressaltar e valorizar a indústria nacional como parte de uma estratégia mais abrangente de fortalecimento do país.

3. LOBATO, Bruno Farias (UFF). O empresariado do centro industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do estado da Guanabara como intelectuais orgânicos da fusão do estado do Rio de Janeiro. A presente proposta tem como objetivo apresentar os resultados parciais da análise da atuação dos diretores e associados ao Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirj) e a Federação das Indústrias do estado da Guanabara (Fiega) no contexto que antecedeu a criação do atual estado Rio de Janeiro. Nesse sentido, tem-se como base obras de Antônio Gramsci e de alguns de seus intérpretes que alicerçam a hipótese que orienta esta investigação, qual seja: que os diretores do Cirj e da Fiega na interação com militares das Forças Armadas se constituíram como intelectuais orgânicos entre as parcelas dos grupos sociais dominantes e subalternos no tocando a criação jurídico-institucional do atual estado do Rio de Janeiro. Desse modo, pretende-se desenvolver essa hipótese do caráter de classe da fusão na conexão entre empresários e militares. Relação estabelecida que remonta à participação e atuação desde a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como partes da sociabilidade que tornou os diretores e militares intelectuais orgânicos da fusão. Para isso, utiliza-se as Atas das reuniões da diretoria dessas entidades patronais, de estudos do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial (Ideg) que era financiado e subordinado à Fiega e ao Cirj, de trabalhos que abordam a temática da fusão – embora indiquem a manifestação positiva do empresariado, não abordam como segmento fundamental do processo –, da contribuição de René Dreifuss e outros estudos que demonstram a relação orgânica entre empresários e militares desde a conspiração e ao longo da ditadura.

Sessão 12 – 4/10 – questão Agrária no contexto regional – Sala 12

1. FONZAR, Juliana Firmino (UNIOESTE). A questão agrária no Brasil e suas matizes no cenário paranaense. Este excerto resulta de uma pesquisa bibliográfica que trata do desenvolvimento do capitalismo no campo, da questão agrária brasileira e seus matizes no estado do Paraná. O conteúdo deste ensaio discorre sobre a formação sócio-histórica brasileira, que é transpassada pelo latifúndio, monocultura agroexportadora e escravidão, o que deixa marcas políticas, econômicas e sociais até a contemporaneidade. O Estado legitimou por séculos a organização fundiária baseada na grande propriedade e mesmo quando promoveu ações de Reforma Agrária, não o fez de forma ampla de modo a abalar as estruturas da grande propriedade. Nesse contexto, se desdobra a Questão Agrária, como fruto das contradições do modo de produção capitalista no campo, gerando refrações no rural e no urbano. Este cenário é emaranhado por lutas e resistências, travadas por camponeses e seus movimentos sociais. O Paraná, conhecido pela pujança do agronegócio, com números elevados de produção agropecuária e exportação não passa alheio à Questão Agrária. Trata-se de estado com cerca de 85% de estabelecimentos agropecuários pequenos e quantidade expressiva de municípios predominantemente rurais, com economias significativamente ligadas à agropecuária, onde muitas das demandas que chegam aos serviços públicos são de trabalhadores rurais ou vinculados de alguma forma ao campo. Conta ainda com expressivo índice pobreza rural, famílias em situação de vulnerabilidade e um histórico de conflitos e resistências na luta pela terra. Ao mesmo tempo, vivencia o aumento progressivo da tecnologicização, financeirização e entrada de empresas internacionais do agrobusiness. É sobre estes contrastes que se buscará refletir, à luz do materialismo histórico-dialético.

2. STEIN, Marcos Nestor (UNIOESTE). (I)migrantes, identidades e propostas de desenvolvimento agrícola no Paraná. Essa comunicação visa apresentar alguns resultados da pesquisa intitulada

“Colonização, Propriedade e Projetos Agrícolas no Paraná (Segunda Metade do Século XX)”, que é vinculada ao “INCT Proprietas: História das Propriedades e Direitos de Acesso” (disponível em: www.proprietas.com.br). O estudo problematiza concepções de desenvolvimento agrário presentes em estudos, relatórios e projetos de colonização e de desenvolvimento agrícola, social e cultural propostos e/ou executados entre 1950 e 1975 em várias regiões do estado do Paraná. O foco dessa comunicação são os discursos presentes em dois estudos produzidos no início da década de 1970 por pesquisadores, engenheiros agrônomos e economistas, ligados ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA – e ao seu sucessor, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O primeiro, intitulado *Morretes e Suas Possibilidades*, faz um diagnóstico econômico, social e cultural e apresenta um projeto para o desenvolvimento do referido município do litoral paranaense. O segundo, intitulado *Campos Gerais: Estudo de Colonização*, enfoca 18 colônias agrícolas formadas por agricultores estrangeiros no Centro-Sul do Paraná. Os documentos apresentam discursos sobre o passado, o presente (1970) e perspectivas de futuro das localidades abordadas e indicam determinadas concepções sobre o desenvolvimento agrário paranaense; interpretações que constituem identidades culturais e que hierarquizam grupos humanos e formas de viver e de trabalhar a terra.

3. SOLDA, Maristela (UNIOESTE). Aspectos da questão fundiária em Cascavel-PR. O processo de (re)ocupação de terras no Oeste do Paraná, ocorrido a partir da metade do século XX, por meio da extração de madeiras, seguida da agricultura e criação de animais, foi, e ainda se mantém, do ponto de vista da produção econômica, construído e organizado a partir destas atividades agrícolas, incluindo o novo movimento de povoamento da região. Desse modo, tanto a luta pela terra quanto o seu uso, também são marcados por processos conturbados de apropriação e expropriação de terras. A historiografia oficial, a partir dos memorialistas locais, dentre eles o Alceu Sperança e o Vander Piaia, destacam em suas obras a violência, a criminalidade, a ação dos grileiros e jagunços, ao mesmo tempo em que negam a existência da mão invisível do Estado. Contudo, basta dar uma garimpada nos documentos oficiais para perceber a ação truculenta do Estado na legitimação da propriedade privada da terra. Os dados do ITCG-PR destacam que no governo de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), foram emitidos 29.648 títulos. Nas últimas décadas, a partir da pressão popular, dos movimentos de luta pela Terra, fez com que os órgãos governamentais buscassem elementos para uma solução de conflitos. Neste texto apresentamos um estudo de caso da Matrícula n.º 21.325 – Lote Rural 80-C – Fazenda São Domingos de propriedade da Refopas Agro-Pastoril Ltda., analisando o Processo n.º 54200.001309/2006-93 da Divisão de Obtenção de Terras SR(09)T. Elencamos os elementos usados pelo INCRA para reorganizar a propriedade privada ou estabelecer assentamentos, por meio do georreferenciamento, da cartografia, da cadeia sucessória dominial, sobras de áreas de colonização, venda de imóveis para estrangeiros entre outros, a fim de propor a desapropriação da terra para projeto de Reforma Agrária.

4. POLI, Jaci (IFPR). Policultura e modernização. O que a produção de autoconsumo e a policultura da agricultura familiar e camponesa têm de contradições com a modernização da e na agricultura? Tem alguma relação com a questão agrária? Quando se iniciou o processo de modernização da agricultura no Brasil, a produção camponesa era considerada atrasada, sem tecnologia, pouco produtiva e incapaz de competir no mercado. Esse processo modernizador, iniciado na década de 1950, tomou impulso com o golpe de Estado de 1964, quando os militares o estruturaram politicamente através da Lei 4.504/1964 – Estatuto da Terra, da criação do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural e da reestruturação do sistema de Assistência Técnica Rural. Os agricultores passaram a ter acesso ao crédito, mas condicionado à adoção de tecnologias modernas (sementes e insumos modernos, maquinização, monocultivos de alta produtividade, etc.) e penhor da propriedade junto aos bancos. No Sudoeste do Paraná, o GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – criado pelo Estado para regularizar as terras por conta da Revolta dos Posseiros de 1957, era o propagador e incentivador dessa modernização. Do outro lado, a Assesoar – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, criada em fevereiro de 1966, assumiu a luta em busca de alternativas à modernização, pela valorização da cultura camponesa e pela construção e permanência da “agricultura alternativa” fundada na policultura e na diversificação. A produção de autoconsumo das famílias, marca histórica do campesinato, que é consumida e não comercializada, confere autonomia relativa na relação com o mercado às famílias. Essa pesquisa quer identificar se a produção de autoconsumo e a policultura têm

relação com a estruturação agrária no Sudoeste do Paraná frente o processo modernizador no período de 1957 a 1980.

QUARTA-FEIRA 4/10 – 15h:30 a 17h:30

Sessão 13 - 4/10 - Estado e Educação – Sala 07

1. MELO, Alessandro de (UEPG-UNICENTRO); DARCOLETO, Carina Alves da Silva (UEPG). **Estado, educação e produção social: dois momentos históricos.** Trata-se de uma pesquisa exploratória sobre o vínculo entre políticas educacionais, portanto, de uma ação estatal, e as demandas produtivas e sociais em dois momentos históricos: na Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, no contexto da ditadura militar, especialmente o Parecer n. 339, de 06 de abril de 1972, que ocupa-se da formação especial do currículo de 1º grau; e a Resolução CNE-CP nº2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ambas representam iniciativas estatais de adaptar a força de trabalho aos contextos diferenciados de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na primeira, o documento tratava dos objetivos da formação profissional para o 1º grau, ou seja, como despertar os princípios do trabalho desde a mais tenra idade, e as características eram muito voltadas para o trabalho sob parâmetros taylorista-fordista, ainda que em países de capitalismo central já se apontasse para o sistema toyotista. Já na BNCC, as chamadas competências referem-se a um período de crise estrutural do capital, na qual os empregos não são viáveis para todos, e o mais importante é a formação abstrata, de iniciativas como resolução de problemas, que individualiza as soluções para vivenciar a crise. No primeiro momento, os empregos eram o horizonte da formação; no segundo, a crise leva a um horizonte de instabilidade, incerteza e extrema competitividade, o que acarreta uma proposta de educação esvaziada de conteúdos, mas enriquecida de competências que se referem a uma iniciativa individual, em uma proposta individualizante de educação. Demonstra-se, com isso, como age o Estado em cada momento, como mecanismo de alocação de força de trabalho e adaptação social a cada período histórico.

2. OLIVEIRA, Leticia Strossi de (UNIOESTE). **Exaustão profissional nos marcos do capitalismo contemporâneo manifestada na Síndrome de Burnout.** Atualmente a exaustão profissional é compreendida como uma síndrome, nominada de Síndrome de Burnout. Essa conceituação ganha espaço científico por meio da realização de estudos clínicos a partir da década de 1970, inserindo no debate temático conteúdos que expressam os sintomas que os sofrimentos relacionados à materialização do trabalho humano, no modo de produção capitalista podem gerar à saúde física e mental do/a trabalhador. Nos últimos anos esses estudos avançaram, bem como as implicações legais da definição dessa exaustão como doença. Contudo, os indícios desse sofrimento parecem ser datados a mais de um século, ainda na fase do capitalismo industrial moderno clássico. Todavia, com as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e suas implicações a partir da efetivação do receituário neoliberal e de sua ideologia dominante, verifica-se que tal exaustão acentuou-se exponencialmente e assume a forma de sofrimento expresso em massa na sociedade nos dias de hoje. Nesse sentido, é preciso pontuar que ao tratarmos sobre Síndrome de Burnout é falar sobre saúde do/a trabalhador (a), contudo, sabemos que a teoria social de Marx não é majoritariamente utilizada no âmbito da formação que trata da saúde do trabalhador, ou seja, é uma formação aproximativa, pois o que é hegemônico nas diferentes áreas de formação é a compreensão médica centrada na dualidade doença/cura. Portanto, esta pesquisa propõe trazer o método histórico-dialético e como este conteúdo fundamenta a exaustão física e mental nos marcos capitalistas nos dias atuais em se tratando da constituição de uma inovada característica presente no trabalhador, ou seja, uma constituição nominada por Ruy Braga de precariado.

3. TEIXEIRA, Erik Roberto Vicentini (UNIOESTE). **Políticas públicas de combate à evasão escolar no Brasil entre 2019 a 2022: estratégias e impactos.** A evasão escolar é uma expressão da questão social, que tem ganhado força nos últimos anos, sobretudo na pandemia do covid-19 de 2020 a 2023 (OMS, 2023). As expressões da questão social têm um impacto substancial na vida das pessoas e se expressam através das relações sociais e dentro do âmbito educacional, se manifesta de variadas formas, entre elas, a evasão escolar. A educação é um direito de todos, previsto na Constituição Federal de 1988,

e quando a evasão escolar ocorre, o Estado Brasileiro está ferindo esse direito. Portanto, o presente artigo passa por uma definição da evasão escolar no Brasil e da expressão da questão social e com uma identificação das políticas públicas de combate à evasão escolar no Brasil entre 2019 a 2022, e um debate sobre as estratégias e impactos dessas políticas públicas. O objetivo geral desse artigo é analisar as políticas públicas de combate à evasão escolar. Os objetivos específicos são: definir evasão escolar como uma expressão da questão social e identificar as estratégias e impactos dessas políticas públicas. Para a elaboração desse trabalho foi usado uma pesquisa exploratória e quanti-qualitativa, seguido pelo procedimento metodológico de revisão de literatura encontrado na base de dados do Google Acadêmico. Os artigos foram pesquisados pelos descritores “evasão escolar”; “políticas públicas de evasão escolar”; e “evasão escolar e questão social”. Foram filtrados os artigos relativos ao tema em um período de quatro anos (2019 – 2022) total de quatro artigos. A partir da realização da pesquisa, foi possível identificar que as políticas públicas de combate à evasão escolar, são ineficientes na superação da evasão escolar, não reduzindo o número de abandono escolar e tendo um alto número de alunos do ensino médio, tendo o maior número na segunda série, que deixaram de frequentar os colégios.

Sessão 14 -4/10 - Gênero: Estado, Religião e Subjetividades – Sala 08

1. MATANA, Amanda Pavão (UNIOESTE). **Estado, religião e gênero: os rebatimentos sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na sociedade capitalista patriarcal.** O presente trabalho parte da produção da disciplina de Tópico Especial de Serviço Social: Estudo dos Fundamentos da Teoria Social de Marx realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – e o que se tem como objetivo do presente texto é de compreender a imbricação entre capitalismo, patriarcado e religião, e como tais categorias impactam na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, tendo em vista os limites da emancipação política. O Estado, enquanto o mediador de tais políticas, demonstra ainda em seu cerne as suas raízes patriarcais, raízes estas que juntamente com a moral religiosa, acabam responsabilizando os sujeitos – sobretudo as mulheres – sob uma falsa noção de liberdade e de escolha. Nesse sentido, é que se põe a necessidade de pensar sobre as articulações de tais categorias, tendo em vista os rebatimentos dessa articulação na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a autonomia destes. O artigo busca trazer por meio da reflexão acerca dos princípios éticos de autonomia pessoal e diversidade presentes nos direitos sexuais e reprodutivos, a contradição presente nestes princípios, que embora signifique certo progresso dentro do modo de produção capitalista, ainda é insuficiente ao vislumbrar as possibilidades ontológicas do ser social: a emancipação humana.

2. MAROCHI, Ana Claudia (IFPR) **Trabalho, educação, políticas sociais e patriarcado: uma análise do Programa Bolsa Família como uma *pater-política*.** O presente trabalho, resultado da pesquisa de doutorado concluído em 2022, tem como objetivo central discutir as trajetórias de trabalho, escolarização e vida de mulheres beneficiárias/titulares do Programa Bolsa Família – PBF e de como estas são determinadas pelas condicionalidades desta política social, entre elas a garantia da saúde e da permanência dos filhos na escola, configurando-se em uma *pater-política*, ou política patriarcal. Consistindo, portanto, em mais uma forma de expropriação sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que estas beneficiárias/titulares garantem, em suas vidas cotidianas, o sucesso desta política social. Tem como objetivos: 1) compreender como ocorreu historicamente o processo de expropriação e pobreza e seus reflexos nas políticas sociais e na vida das mulheres e 2) analisar como a inserção no PBF interfere nas histórias de vida das mulheres beneficiárias/titulares em Ponta Grossa, especialmente no que se refere às estratégias de trabalho, escolarização e vida e porque esta política configura-se como uma *pater-política*. Como método utilizamos o materialismo histórico de Marx com ampla pesquisa de campo e bibliográfica, referente ao arcabouço teórico utilizado para a compreensão do objeto da tese: acumulação primitiva e as atuais expropriações, e suas implicações para as mulheres, imperialismo, Estado burguês e a “questão social”, bem como, ampla pesquisa documental, sobre o PBF, sua trajetória histórica e características, especialmente as condicionalidades, que fazem desta uma *pater-política*. Autores como Marx (2009, 2010, 2014, 2017); Lênin (2011, 2020); Federici (2017, 2018, 2019, 2020, 2021); Engels (2009, 2010, 2021); Fontes (2010, 2018, 2021, 2022); Harvey (2013, 2014); Hirata (2002, 2007); Kergoat (2009, 2010, 2012), Biroli (2014, 2018, 2020) entre outros.

3. SILVA, Andrey Tironi da (UNIOESTE). A escrita trans como potência: subjetividades e epistemologias no livro “eu travesti” de Luísa Marsilac. O presente trabalho é tema da pesquisa de mestrado em andamento e, aborda o estudo de autobiografias travestis, em específico o livro “Eu Travesti” – Memórias de Luísa Marilac (2021) escrito por Luísa Marilac em parceria com a jornalista Nana Queiroz. O livro, foi escolhido partindo da intenção e possibilidades de analisar como o recurso autobiográfico escrito por mulheres trans e travestis, se constituem como formas de elaboração de epistemologias no campo do gênero. Além disso, o tema autobiografia trans nos permite trabalhar com outros conceitos mais abrangentes dentro do que é habitualmente proposto para este tipo de fontes, como por exemplo, os conceitos de escrevivência trans abordado por Alfrâncio Ferreira Dias e o de transfeminismo. O Transfeminismo é uma vertente do feminismo, e que se aproxima mais do feminismo negro, de acordo com a professora, doutora e transfeminista Letícia Nascimento em seu livro “Transfeminismo” (2021), o Transfeminismo permite com que as mulheres trans possam se autodefinir como mulheres trans ou travestis e assim expressarem suas mulheridades. A pesquisa procura desse modo, perceber e analisar de que forma as vidas de pessoas transexuais e travestis podem ser vistas e compreendidas como produtoras de conhecimentos dentro da nossa sociedade cisgênera, levando em consideração que a escrita é um modo de subjetivação de todas as pessoas.

Sessão 15 - 4/10 - História e Gênero – Sala 11

1. ANJOS, Máyra Larissa (PUC-SP). Feminismo comunitário: o fundamento maya na prática política das mulheres guatemaltecas sobreviventes ao conflito armado interno (1960-1996). O presente trabalho analisa a ação política de lideranças indígenas guatemaltecas, como Lorena Cabnal (1973) e Rigoberta Menchú (1959), a partir do conceito de feminismo comunitário. Entende-se que os fundamentos da cosmovisão Maya integram a compreensão de tais mulheres sobre práticas políticas de resistência contra a violência de Estado. Tendo vivido os anos do conflito armado interno (1960-1996), onde o exército guatemalteco praticou o genocídio de populações indígenas, alcançando números em torno de 150 mil execuções extrajudiciais e 50 mil desaparecimentos forçados, tais mulheres reivindicam o reestabelecimento da verdade, a preservação da memória, a justiça e reparações a nível coletivo na sociedade que vive, ainda hoje, os traumas da ruptura do tecido social ocasionado pelo terrorismo praticado pelo Estado guatemalteco. A demanda pela identificação das milhares de ossadas faz parte da luta dessas mulheres que se articulam em grupos de ação. O trabalho busca evidenciar, portanto, como a cosmovisão Maya influencia a prática política dessas mulheres, que compreendem a manutenção da memória não apenas como necessidade política, mas, também, espiritual. Os conceitos Mayas fundamentaram a criação do feminismo comunitário e permeiam o entendimento de que a violência sofrida por um indivíduo na mão do Estado alcança toda a sociedade civil. Assim como a concepção Maya de que o ser humano faz parte da terra está presente na formulação de que para defender a terra e lutar contra as políticas neoliberais que destroem as formas de vida distintas da capitalista é preciso sanar e cuidar do próprio corpo, questão essa que é essencial para o feminismo comunitário.

2. SARTORI, Pedro A. Lena (UNIOESTE). Deusa Ishtar e Inanna, um panorama do sagrado feminino e da deusa do sexo sagrado. Dentre a galeria das culturas antigas, as mitologias e panteões de deuses sempre foram foco de interesse popular entre os historiadores da área de antiga, sem dúvida muitos estudos se debruçaram sobre as grandes deusas do passado, um recorte religioso de civilizações que adoravam a imagem feminina como parte do divino, algo distante da nossa configuração religiosa moderna e época atual. Com isso em mente, meu trabalho busca apresentar uma divindade feminina não tão conhecida quanto as gregas ou egípcias, porém foi a mais importante da Ásia ocidental, uma deusa que é a joia da coroa dos panteões de toda mesopotâmia, sendo a deusa do amor e da guerra. Inanna, também conhecida como Ishtar após a formação do primeiro império sumeriano, foi adorada pelos povos das terras entre rios, desde tempos imemoriais, antes de registros escritos, existindo através da tradição oral. Nesse período da aurora da humanidade foi a senhora dos mistérios da vida, totalmente responsável pela fertilidade das terras, animais e humanos. É louvada como a senhora do sexo sagrado, que desceu do planeta Vênus para a terra com seu secto de sacerdotisas, que com seus rituais orgiásticos, ensinaram aos homens as graças do sexo reprodutivo, sexo pelo prazer e o sexo divino, que é a ligação com a própria deusa da vida. Isthar foi a divindade mais importante de toda mesopotâmia durante milênios, e

a sua contribuição para o pensamento de um sagrado feminino e a visão profanadora do sexo feminino ainda é muito valiosa para os dias atuais.

3. ZIMMERMANN, Tânia Regina (UEMS). Coletivos e ecofeministas espiritualistas na América Latina: interseções e poderes hegemônicos. Nesta pesquisa, investiga-se cinco ecofeministas territoriais latino-americanos evidenciando trajetórias individuais e de coletivos das quais participaram sob uma perspectiva interseccional, sobretudo de classe, gênero, sexualidade e raça. Para tal propósito, elencamos Rosa Dominga Trapazo e o coletivo Talitha Cumi no Peru, Safina Newbery e o coletivo La Urdimbre de Aquehua na Argentina, Mary Judith Ress no Chile, Ivone Gebara no Brasil e o coletivo Cons-pirando, Gladys Parentelli e o coletivo Gaia na Venezuela. O estudo inicia na década de 1980 quando houve inúmeros eventos e encontros basilares para alçar as configurações de movimentos ecofeministas e se estende para as próximas décadas quando da maior presença de ativistas e teóricas com publicações sobre o tema. Através de uma pesquisa bibliográfica e empírica (entrevistas e relatos) revisamos distintas perspectivas conceituais e categorias por elas utilizadas como o hetero-patriarcado, corpo-território, economia do cuidado e as espiritualidades problematizando as relações de gênero em interseccionalidade com classe, raça, meio ambiente e sua degradação em países da América Latina. Concluímos que esses coletivos e as ecofeministas espiritualistas propunham uma alternativa à crise ecológica contemporânea, reconhecendo a existência do vínculo entre subordinação e violência contra as mulheres e a destruição da natureza com propostas para a crise climática.

Sessão 16 - 4/10 - Questão Agrária e luta pela terra – Sala 12

1. VIEIRA, Eleandro de Morais (UNIOESTE). Movimento dos agricultores sem-terra do sudoeste do Paraná (mastes): entre objetivos e ações. O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) foi construído em 1983 em uma conjuntura de discussão sobre os direitos dos camponeses sem terra e dos pequenos proprietários rurais da região. Nesta direção analisaremos os objetivos e os princípios do Mastes e suas ações com os camponeses sem-terra em um processo de mediação e de construção de experiência e consciência de classe utilizando-se dos postulados de Edward Thomson (1984) e da Sociologia Rural com Delma Pessanha Neves (2008), além de analisar brevemente a atuação do Mastes na ocupação da Fazenda Imaribo no município de Mangueirinha, primeira ocupação do Sudoeste do Paraná que teve o movimento a frente e que foi considerada uma vitória dos camponeses sem-terra, visto que a área foi desapropriada em 15 de janeiro de 1985 para ser transformada em assentamento. Utilizamos como fontes, sobretudo, o Boletim Alerta produzido pelo Mastes de 1983 a 1986 e que teve 16 edições impressas, se constituindo de uma prática social organizada dos camponeses para publicizar as condições dos sem-terra na região, as expropriações, as colonizações no norte do país, pressões a autoridades governamentais e ao Estado, contraposições a adversários políticos, as condições das ocupações e os objetivos e princípios das lutas e do movimento. O Mastes foi o movimento que aglutinou e organizou a luta pela terra e pela Reforma Agrária na região Sudoeste do Paraná com pressões e ações mais diretas, como as ocupações de fazendas, e que depois juntou-se ao movimento de nível nacional que construiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2. DIAS, Gabriella Souza (UNILA). Estrutura fundiária e luta de classes no norte do Paraná: a Guerrilha de Porecatu (1940-1951). O propósito deste estudo consiste em relacionar o fenômeno da Guerrilha de Porecatu (1940-1951), bem como suas contradições, com o processo de expansão capitalista no campo paranaense. Evidencia-se neste período a política adotada pelo Estado Novo cuja denominação "Marcha para o Oeste" impactou o território norte-paranaense onde hoje se concentra os municípios de Porecatu, Jaguapitã e Centenário do Sul. Essa hibridização de elementos colonizatórios-mercantilistas e capitalistas personificam o período de transição que se passava rumo ao que hoje compreendemos como formação do Estado-nação dependente no marco proposto pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Além desta análise conjuntural das razões que ensejaram o conflito, desse processo de conformação do Estado-nação dependente e a interiorização do modo de produção capitalista no campo e seu reflexo na estrutura fundiária paranaense, pretende-se abordar como se desenvolveu o conflito entre os posseiros em aliança com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) contra os grandes proprietários em torno do título da propriedade, isto é, as táticas adotadas pela parte expropriada em torno da principal reivindicação pela propriedade da terra que gestavam sua vida.

Quando a metodologia utilizada, usará da qualitativa, por meio da análise documental-historiográfica de fontes primárias e secundárias dos pesquisadores sobre o tema, também das elaborações da questão agrária brasileira realizadas por Roberta Traspadini e da formação sócio-histórica da estrutura fundiária paranaense de Paulo José Koling, dentro da tradição marxista latino-americana.

3. TREVISOL, Vantuir (UNIOESTE). Categoria trabalho, capitalismo no campo e movimentos sociais. O trabalho é categoria constitutiva da humanidade: não é possível compreender a produção humana e o seu desenvolvimento como tal, sem compreender o trabalho enquanto constituição das relações sociais e materiais, de construção de valores e produtos que trazem em seu cerne eternas formas de novas necessidades, um movimento dialético que faz parte da vida humana. Desta forma, as diferentes formas de sociabilidade experimentadas ao longo da história configuram e organizam as relações de trabalho com características particulares – de sociedades primitivas até o modo de produção capitalista. Este último visa a dominação de todos os ramos da produção, inclusive a produção no campo e se caracteriza pela produção da mais valia através da exploração do trabalho. Como é um processo desigual por natureza, produz a chamada Questão Social, que no campo tem como uma de suas expressões, a Questão Agrária. Esta pode ser expressa – no Brasil – pela presença do latifúndio, do êxodo rural, luta pelo acesso à terra, concentração de tecnologias, ausência de reforma agrária, dentre outros. Desta forma, no contexto de exploração do capitalismo no campo levantam-se movimentos sociais de luta pela terra, pelo direito à sua produção e reprodução cultural e social e de modos particulares de vida como resistência à proposta homogeneizadora da produção rural capitalista.

QUINTA-FEIRA 5/10 – 13h:30 a 15h:15

Sessão 17 - 5/10 - Universidade: contrarreformas e lutas por direitos – Sala 07

1. SMAHA, India Nara (UNIOESTE). Reforma universitária: minimização ou ampliação do Estado. O presente trabalho é a primeira aproximação pública da minha proposta de doutoramento. A revisão bibliográfica, tem como ponto de partida os conteúdos estudados na disciplina Hegemonia e Projetos Sociais, além da legislação. Temos como pressuposto que a Lei 5540/68 traz em seu bojo a contrarreforma para ensino superior brasileiro. Nesse sentido, vamos abordar a discussão sobre a mercantilização e a terceirização na educação, precarizações que respondem ao modelo de Estado Ampliado (Mendonça) e filantropização do Estado (Fontes) e como atende à proposta de “reforma” universitária de 1968. A fonte para essa produção será o artigo da Revista Universidade e Sociedade n.57 de 2016, intitulado: **Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais: notas de leituras sobre o debate atual da terceirização**, de autoria da professora Cleusa Santos da UFRJ. A abertura de mercado para as iniciativas privadas nacionais e internacionais vem avançando com toda força, ao que se refere aos serviços estatais que deveriam ser públicos e “gratuitos. Aqui iremos tratar da educação, porém na especificidade do ensino superior, mas é necessário desmistificarmos conceitos e entendermos os discursos para além da aparência, para saber que a proposta de Estado mínimo se restringe aos direitos sociais e se torna máximo para a economia/capital. Parte desse movimento amplia o Estado, deixando que empresas adentrem suas instituições pela via econômica, conseguindo manipular, e o *status quo* aumentando a desigualdade econômica e social no Brasil.

2. RUTES, Ellen Kauane (UEPG). As condições de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná: a uberização da educação chegou? O presente trabalho, a partir do materialismo histórico e dialético, tem por objetivo discutir as implicações do avanço do neoliberalismo no Brasil no pós-golpe de 2016, nas condições de trabalho docente, dos professores temporários das universidades estaduais do Paraná, por meio da atuação do Estado sob a legislação, com a implementação da reforma trabalhista em 2017 no governo Temer, além da Lei Geral das Universidades (LGU) no governo estadual do Ratinho Jr. no Paraná, bem como, do processo de intensificação da precarização do trabalho, o qual assola os professores e professoras do quadro temporário nas universidades estaduais do Paraná, corroborando para a docência ser um trabalho extra, desse modo o Trabalho de Tempo Integral e Dedicado Exclusivo (TIDE), é vedado aos professores temporários, reafirmando a necessidade de discussão sobre as condições de trabalho desses professores.

Portanto, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, o processo de contratação especial temporária, reforça a precarização do trabalhador na Educação, sem a devida valorização docente, como exemplo: a falta de concursos, para o direito da carreira, prevista em lei. Realçando, o arcabouço em que Antunes (2020) retrata como a uberização do trabalho, possibilitando a abertura privatista-mercantil como instância para “resolver” os problemas do Estado mínimo e mercado máximo. Enfraquecendo nesse processo, o sindicalismo docente, pois, com a instabilidade das contratações, a associação ao sindicato torna-se elemento secundário aos professores temporários em exercício.

3. GAESKI, Maria Isadora Galvão (UNIOESTE). Movimento estudantil em tempos neoliberais: organização, impactos e luta. O presente trabalho faz parte da minha pesquisa em desenvolvimento para o TCC e tem como objetivo historicizar aspectos relacionados à luta e à estruturação dos movimentos estudantis, com enfoque principal no Diretório central dos estudantes da Universidade Estadual do Paraná de Marechal Cândido Rondon, entre os anos de 1999 e 2016. O intuito é refletir sobre implicações da implementação de políticas neoliberais para educação no estado do Paraná, em especial na UNIOESTE. Ponto central na discussão diz respeito a análise, a partir das fontes, das maneiras as quais os diversos atores inseridos nas dinâmicas sociais da luta estudantil assimilaram e interpretaram tais implicações, projetando suas reações e respostas diante das mudanças. Além disso, este estudo procura explorar as oscilações que marcaram as demandas e reivindicações presentes nos documentos analisados desse período. Para embasar a investigação, a pesquisa se fundamenta em fontes primárias como atas de reuniões e assembleias do DCE, fontes visuais, além dos registros de blogs das gestões que compuseram o Diretório. Ambas as fontes desempenham um papel crucial no processo de compreensão das perspectivas e narrativas dos estudantes envolvidos nesse movimento. Este estudo pretende contribuir para a construção da memória do Diretório central da Unioeste-MCR, além de sustentar a hipótese de que as políticas de cunho neoliberal influenciaram de maneira acentuada tanto na qualidade do ensino quanto na estruturação do DCE, exercendo influência na competência desse movimento de se organizar e mobilizar.

4. NERES, Ivanice de Oliveira Candido; BUDNY, Jaqueline; DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini (UNIOESTE). Os mais vulneráveis dos vulneráveis: a focalização da assistência estudantil e o serviço social. No ano de 2010, instituiu-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas Universidades Federais, com o objetivo de garantir a permanência aos estudantes que acessam o Ensino Superior. Neste contexto, os(as) assistentes sociais foram chamados(as) a realizar as análises socioeconômicas para inclusão dos(as) estudantes nos auxílios estudantis, regidos por programas institucionais próprios nas Universidades respaldados no PNAES. O exercício profissional do(a) assistente social, inserido(a) na Política de Educação no Ensino Superior no Brasil, é permeado pela lógica neoliberal, que tende a instituir o viés do contingenciamento de recursos voltados para a área estudantil. Deste modo, os(as) profissionais se deparam com a necessidade de instituir parâmetros, que possam subsidiar a avaliação socioeconômica, para além da renda familiar, visto a necessidade de se definir o grau de vulnerabilidade social entre os estudantes, mediante o insuficiente orçamento para atender todos os(as) estudantes que se encontram desprovidos de renda e frente a desigualdade social que o avanço neoliberal vem provocando. O objetivo deste artigo, é refletir sobre os critérios de vulnerabilidade social adotados pelo Serviço Social nas análises socioeconômicas realizadas na Universidade Federal do Paraná. Tais critérios são estabelecidos internamente e consideram, além da renda familiar, aspectos étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, violências, doenças, entre outros. Para tanto utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Constatou-se, nos estudos, que à medida em que o orçamento reduz sem perspectivas de melhoras, há a necessidade de estratégias mais focalizadas que exigem a seleção do mais vulnerável entre os vulneráveis.

Sessão 18 - 5/10 - Estudos Indigenistas – Sala 08

1. KOLING, Paulo José (UNIOESTE). Para uma leitura do problema do índio em José Carlos Mariátegui. No Brasil, os escritos de José Carlos Mariátegui continuam sendo pouco conhecidos, em termos de estudos e pesquisas, e divulgados, seja em relação às obras de sua autoria quanto os resultados de investigações, nos meios editoriais e acadêmicos. Com relação às organizações populares e

movimentos sociais que focam as questões agrárias, quando os olhares se voltam para a América Latina, a presença mariateguiana está mais visível, juntamente pela importância que as interpretações e a práxis que o Amauta fez e teve sobre o problema da terra e o problema do índio existentes no Peru e no próprio continente americano. Em “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”, considerada sua obra de maior relevância, no ensaio mais curto, Mariátegui apresentou uma revisão crítica daquilo que considerou como critérios unilaterais e exclusivos que até então tinham sido usados para tratar do problema do índio no país. Para ele, as teses unilaterais que focavam este problema do ponto de vista administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional e eclesiais, além de serem insuficientes do ponto de vista histórico-social e teórico, sequer atingiam o núcleo duro da exclusão dos povos indígenas, que correspondiam a 4 milhões de pessoas dos 5 milhões de habitantes que havia no Peru. Da originalidade da interpretação do problema do índio que Mariátegui realizou, é muito provocativo sua leitura integradora da questão da terra e do problema do índio em meio à hegemonia do gamonalismo, bem como sua proposição de ruptura deste domínio social e cultural. Também é instigante indagar sobre as possibilidades desta interpretação mariateguiana para uma leitura atual da questão agrária no Brasil.

2. RATOCHINSKI, Daniela Rigon (UEM). Os estudos mexicanos sobre os povos mesoamericanos na revista *América Indígena* (1942-1966). A proposta da pesquisa é investigar de que forma foram construídas as representações sobre o passado mesoamericano produzidas por mexicanos veiculados a revista *América Indígena* (AI) entre 1942 e 1966. A escolha desse recorte temporal é devido ao fato de que nesses anos a revista foi dirigida por grandes figuras do indigenismo mexicano e que são até hoje referências para se estudar a Mesoamérica: o arqueólogo e antropólogo Manuel Gamio foi diretor da revista de 1942 até 1960, quando faleceu; em seguida a revista passa para a direção do antropólogo Miguel León-Portilla, de 1961 até 1966. Quando Gamio chegou à direção de AI, o México vivia o período pós-revolucionário, sendo a década de 1940 marcada para um nacionalismo em apogeu, que envolvia desde as manifestações artísticas até a política. Era o momento em que se buscava consolidar uma nova identidade e consciência nacional mexicana. (Mijangos; López, 2011, p. 43.) Um dos elementos usados para a criação da identidade nacional mexicana pós-revolucionária foi a retomada da história indígena, do passado mexicano pré-hispânico como uma das bases da cultura nacional. O discurso oficial passava pelo elogio da fusão ou “forja” (GAMIO, 1916) das culturas indígenas e espanhola, o que teria originado uma nova cultura mexicana mestiça. Esse discurso procurava legitimar práticas que buscavam a homogeneização cultural do país a partir da lógica da mestiçagem. (Dias; Boaventura, 2021, p. 539).

3. SANTOS, Guilherme Gomes dos (UEM). D'arcy mcnicke: trajetória e ativismo de um intelectual indígena estadunidense (1936-1961). O presente trabalho visa à produção de uma análise historiográfica da trajetória intelectual do indígena estadunidense D'Arcy McNickle, que é considerado um dos mais destacados ativistas da questão indígena nos Estados Unidos. Um aspecto basilar da trajetória intelectual de McNickle consiste no fato desta ser entendida como uma resposta às políticas assimilacionistas e aculturadoras que ditaram a tônica dos Assuntos Indígenas nos Estados Unidos, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, e especialmente ao sistema de educação compulsória de regimes de internato, as chamadas *Boarding Schools*. Nessas escolas, todo e qualquer elemento que remetia às culturas indígenas era condenado e as desobediências punidas inclusive através de castigos físicos. McNickle nasceu em 1904 ,e, enquanto criança vivenciou o ímpeto aculturador das políticas públicas do período e construiu uma trajetória intelectual marcada por seu engajamento na defesa dos direitos dos grupos autóctones norte-americanos, o que culminou em sua participação ativa na organização de alguns dos mais importantes eventos de mobilização indígena no país, como o *National Congress of American Indians*, em 1944, e a *American Indian Chicago Conference*, de 1961. O recorte proposto possui como marcos a publicação de *The Surrounded* ,primeira obra de McNickle, em 1936, mesmo ano em que McNickle foi contratado pelo Bureau of Indian Affairs (BIA) e como marco final à participação ativa de McNickle na *American Indian Chicago Conference*, em 1961. O trabalho baseia-se nos referenciais teóricos e metodológicos da História intelectual.

4. SILVA, Laura Beatris da (UEM). A participação da etnógrafa argentina Ana Biró de Stern na revista *América Indígena* (1941-1976). Apresentaremos uma pesquisa de iniciação científica que analisa os artigos publicados pela etnógrafa argentina Ana Biró de Stern na revista *América Indígena*

(AI) desde o início da publicação, em 1941, até o golpe de 1976 na Argentina, que marcou o início da última ditadura militar no país. AI era uma publicação oficial do Instituto Indigenista Interamericano, que foi criado após o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. O objetivo da revista divulgar estudos sobre as culturas das populações nativas do continente e também textos de caráter indigenista, que buscassem soluções para os problemas enfrentados pelos indígenas. Durante o período analisado, verificamos que houve uma forte presença de estudiosas argentinas em AI, o que chama bastante a atenção, pois a publicação de artigos de mulheres não era algo comum na publicação. No caso desse país, podemos observar que de um total de 15 artigos, 10 foram assinados por pesquisadoras mulheres. A autora argentina que mais publicou na revista continental foi a etnógrafa Ana Biró de Stern, que tem 5 artigos assinados em AI entre os anos de 1942 e 1973. A análise dessa produção é o foco de nossa pesquisa, que busca contribuir com a historiografia sobre História das mulheres ao estudar a participação delas nos debates indigenistas interamericanos. O questionamento geral da pesquisa é identificar se os artigos de Ana Biró na revista AI apontam para uma atuação intelectual propriamente indigenista, no sentido de refletir sobre a questão indígena no período em que escrevia, ou se limitaram-se a textos mais voltados a análises científicas, a partir de seu papel de etnógrafa.

Sessão 19 - 5/10 - Trabalho e Trabalhadores no Oeste do Paraná – Sala 11

1. FREITAS, Anderson Arilson de (UFGD-MS). Memória(s), narrativa(s) e história oral: trabalhos coletivos *puxirão/pixirum* em Diamante do Sul, Paraná (1940 -1980). Esta comunicação versa sobre as memórias de trabalhadores(as) do campo no atual município e distritos de Diamante do Sul - Oeste do Paraná, que praticavam atividades coletivas de roça em troca de bailes e festas de *puxirão/pixirum*, entre as décadas de 1940 e 1980. Através de entrevistas de História Oral, produzidas durante a realização de uma pesquisa de Doutorado em História, a prática que associa o trabalho ao lazer foi narrada como estratégia utilizada pelos(as) camponeses(as) na abertura ou manutenção de áreas de posse para a produção de grãos e tubérculos e a criação extensiva de suínos na modalidade chamada de *safra de porco*. A partir de referencial teórico e bibliográfico de autores dedicados à Nova Esquerda Inglesa, a saber: E. P. Thompson, E. Hobsbawm e R. Williams, a tese, em construção, consiste em problematizar as mobilizações socioculturais dos(as) antigos(as) posseiros(as) em meio às pressões exercidas pelo governo estadual e as relações de poder. De um lado, a mão-de-obra camponesa como uma rede de relações não remunerada na troca de dias de serviço possibilitava uma ocupação de áreas de posse maiores do que a família sozinha conseguiria desenvolver, vinculadas ao calendário agrícola nos tempos da natureza para o feitiço das roças, queimadas, plantio, cultivo, colheitas e a criação de animais, mediadas pelas estações do ano, fases da lua, períodos de chuva ou estiagem. Por outro lado, as celebrações com significados que sobrepõe uma simples confraternização, mas como uma das formas de perpetuar a coesão dos grupos, vivências no campo, (re)existência das famílias na terra e em sociedade contra a ação de Companhias Colonizadoras, “regularização” fundiária promovida pelo Estado no referido contexto, coerção de jagunços, grilagens, latifúndio monocultor e agropastoril.

2. MENSCH, Cristhian (UNIOESTE). As relações das trabalhadoras e dos trabalhadores de confecção de Mercedes, Paraná (1993 - 2022) com as leis trabalhistas e com a justiça do trabalho. Este projeto de pesquisa tem como objetos as relações sociais e do mundo do trabalho dos trabalhadores de confecções do município de Mercedes, e suas relações com as leis trabalhistas e a justiça do trabalho. Localizada no Oeste do Paraná e com uma população de 5577 habitantes (estimativa do IBGE para 2020), a cidade conta, conforme relatório do IPARDES de 2017 (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), com 4 Indústrias no ramo têxtil, do vestuário e artefatos de tecido. Essa pesquisa visa contribuir para a História social e do trabalho na busca por entender as relações que os trabalhadores vivenciam com as leis trabalhistas, pensando em como e se chegam a conhecer tais ferramentas que lhe amparam em suas relações de trabalho. Também serão pensadas as dinâmicas que extrapolam as relações de trabalho, o dia a dia dos trabalhadores, suas relações sociais, na busca de entender como se influenciam ou mesmo se é possível ou não diferenciar, desmembrar essas relações em diferentes tipos de história.

3. SCHNEIDER, Gustavo Guilherme (UNIOESTE). Trabalho e luta por direitos: a experiência dos ex-trabalhadores da Coopagro em Toledo-PR. (1990 – 2000). O trabalho na Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste (Coopagro) se constitui como uma experiência em comum para diferentes sujeitos que atuaram nessa instituição durante as décadas de 1970 a 1990, mas que viram a cooperativa fechar na década de 1990, motivada por diferentes fatores, relacionados tanto à crise econômica quanto à problemas de administração, com diversas denúncias de corrupção e má gestão. Estes sujeitos enfrentaram e perceberam a perda de seus empregos de maneiras distintas. Alguns optaram por ingressar na Justiça para buscar seus direitos trabalhistas, como o pagamento de salários atrasados, férias, décimo terceiro e indenização. Outros, porém, preferiram abdicar dessa alternativa por medo de represálias, falta de informação ou esperança de uma realocação em outra cooperativa que assumiu a estrutura da Coopagro. Deste modo, a partir da trajetória de diferentes sujeitos, o trabalho se propõe a pensar a experiência desses ex-trabalhadores da Coopagro. O objetivo é entender como esses sujeitos interpretam suas trajetórias de trabalho na Cooperativa, como significam ou ressignificam suas vivências e como interpretam sua saída da Coopagro. A hipótese é que esses sujeitos construíram diferentes formas de lidar com a perda do emprego, que envolvem tanto aspectos materiais quanto simbólicos. As fontes utilizadas são entrevistas orais realizadas com ex-trabalhadores da Coopagro e jornais que tiveram circulação no em Toledo e na região e abordaram o fechamento da cooperativa.

4. MORAIS, Patricia Vieira (UNIOESTE). Fazer-se trabalhador desde tenra idade em Guaraniçu-PR. (1990-2023). Considero como problemática desta investigação o fazer-se dos sujeitos enquanto trabalhadores. Como se ensinam, apreendem e ressignificam modos de vida e valores entre os que compartilham experiências de trabalho desde tenra idade, na espacialidade de Guaraniçu-PR a partir de 1990 até os dias atuais. Avalio que as condições experimentadas por estes sujeitos estabelecem um conjunto de desigualdades que os limitam e compõem tensões e dilemas com os quais têm de lidar em seus enfrentamentos diários. Nesse sentido, procuro afirmar enquanto tese que essas relações de convivência são formuladas em constante tensão (inclusive quando ainda são crianças e/ou adolescentes), o que não impede estes trabalhadores de construírem referências culturais que servirão de parâmetros para suas decisões. Estes referenciais se concretizam ao mesmo tempo através de indicações, pressões e expectativas de alguns sujeitos sobre outros, mas também de um processo de avaliação e associação com aquilo que vivem e almejam. Assim, interessa pensar como esses sujeitos convivem, o que esperam dos outros e por quais razões, estabelecem ou não, vínculos, bem como de que maneira isso está associado às necessidades materiais e interesses que possuem. Intenciono compreender igualmente, como se entendem e compreendem o mundo a sua volta, a depender dos espaços e relações mantidas. Tais elementos serão problematizados através de vestígios destas experiências, as fontes selecionadas para a pesquisa, produzidas em singulares relações – tal como entrevistas e documentações fornecidas pela assistência social do Município de Guaraniçu.

Sessão 20 - 5/10 – Quinta-feira, 13:30 - Educação e Hegemonia – Sala 12

1. FERREIRA, Dayana da Silva (UNIRIO-RJ). Entrelaces educacionais: a nova sociabilidade do capital e as consultorias identitárias. A pesquisa e suas mesclas teórico-metodológicas buscam unir as trilhas interseccionais de raça e classe, ao atribuir análise conjuntural do processo sócio-histórico concernente aos estudos sociológicos brasileiros, às ações afirmativas (cotas raciais) e às danças das cadeiras empresariais provocadas por estas tectônicas mudanças no cenário brasileiro. As metodologias utilizadas serão: **a)** (Auto)biográfica: a partir da exposição de trajetória, justificando-se as escolhas argumentativas permeadas pela perspectiva marxista-comunista (crítica); **b)** Revisão Bibliográfica Sistemática: para fins de discorrer sobre as temáticas da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), das consultorias empresariais e os principais conceitos gramscianos (nova sociabilidade do capital, revolução passiva e Aparelhos Privados de Hegemonia) e **c)** Estudo de Caso com Análise de Conteúdo: grupo Carrefour e suas consultorias racializadas. Ao buscar maior aproximação analítica junto à América Latina, Enrique Dussel, em “1492 - O encobrimento do outro - A origem do "mito da modernidade"”, me permitirá conduzir interpretação pautada na hipótese de um caráter formativo (educacional) contraditório para uma efetiva ERER, quando pautada a partir de ideais neoliberais e seu cerne constitutivo para a desigualdade. O objetivo do estudo é mapear a nova sociabilidade do capital, até o momento despreziosamente denominada “Departamento de Diversidade”, a importância do

caráter formativo das consultorias empresariais diante das contradições capitalistas e um contraponto às diretrizes da EREER como um processo educacional efetivo que demandaria novas estruturas organizacionais.

2. PEREIRA, Carlos Eduardo Boaretto (UFABC). Notas acerca da empresa de consultoria Hoper Educação. É de “consenso”, seja em conversas de botequim ou em colóquios universitários, que a educação no Brasil é precária e que para o país melhorar, em termos econômicos, sociais e políticos, seria necessário que o governo investisse maciçamente nessa área. Como se qualquer tipo de sistema educacional, assim como sol que nasce pela manhã e ilumina o dia, fosse capaz de irradiar as mentes e almas os brasileiros e como, em um passe de mágica, o país tornar-se-ia, de uma vez por todas, o tão sonhado e aguardado país do futuro. Contudo, soaria ingênuo e “absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos como classe, sobre os senhores da bem-estabelecida classe dominante” (MÉSZÁROS, 2008), ou seja, esperar do Estado capitalista brasileiro, dirigido pelas classes dominantes, uma educação pública, gratuita e de qualidade, que libertará os grilhões das classes subalternas é utópico. Dessa forma, entendendo como Darcy Ribeiro que, “a crise na educação brasileira, não é uma crise, é um projeto político”, o artigo proposto é fruto das primeiras leituras e análises de fontes da pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo no programa de pós-graduação em Economia Política Mundial, na Universidade Federal do ABC, que tem como tema a privatização do Ensino Superior no Brasil e como objeto de pesquisa a empresa Hoper Educação. Essa empresa atua no setor de consultoria universitária e a sua existência faz sentido no Brasil, pois o Brasil é um dos poucos países no mundo que permite que faculdades privadas tenham capitais abertos e obtenham lucros.

3. SILVEIRA, Danielli Maria Neves da (UNIOESTE). Implantação das escolas cívico-militares do Paraná (2020/2021): um projeto de conformação do cidadão para o mercado. A presente pesquisa que está sendo realizada no Doutorado em História na Linha de Estado e Poder na Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon. A tese parte do questionamento sobre a raiz histórica da implantação das escolas cívico-militares no Paraná (2020), na gestão de Carlos Massa Ratinho Junior, que se deu de forma aligeirada após criação do programa pelo governo federal, no período de gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. A presente pesquisa tem como objetivo central analisar o projeto de implementação de Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná; dentre outros objetivos: identificar quais interesses estão sendo atendidos com esse projeto e quais grupos se vem representados nesta proposta; compreender e analisar a raiz histórica brasileira que sustenta a burguesia autocrática após a “redemocratização” no período pós-ditadura militar, que mantém-se sustentando a relação de subordinação ao imperialismo; analisar na história do Paraná, principalmente dos movimentos dentro das políticas educacionais para compreensão da implantação massiva no Estado desse modelo de escolas, inclusive com implantação do modelo pelo próprio Estado em 2023. A metodologia consistirá na análise dos documentos oficiais, propagandas oficiais e notícias midiáticas (jornais, sites de notícias, redes sociais, mídia televisiva, etc.), e entrevistas, a partir dessas fontes realizar a análise desses no plano da aparência confrontando com a análise história que traz as motivações que embasam e colocam a implantação das escolas cívico militares enquanto parte da estratégia de conformação da classe trabalhadora. A pesquisa ainda está em estágio inicial, portanto serão expostas algumas hipóteses e análises em andamento conforme o arcabouço teórico tem possibilitado trilhar a discussão.

4. CARMO, Fernanda do (UNIOESTE). O currículo de história como instrumento de manutenção/superação da hegemonia burguesa: desafios e possibilidades de aplicação da proposta curricular da AMOP. O presente trabalho trata-se de um projeto de pesquisa que tem a pretensão de ser desenvolvido no Programa de Pós-graduação stricto sensu em História pela UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. De modo que, propõe-se a refletir e questionar o contexto de elaboração dos documentos norteadores educacionais e suas relações de hegemonia e poder ligadas à construção do currículo do componente curricular de História. Esta pesquisa tem como tema central de estudo a Proposta Curricular da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná AMOP, no que concerne ao componente curricular de História, a PPC serve como guia para a prática pedagógica nas escolas públicas municipais da Região Oeste do Paraná. Ao analisar a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) da AMOP (2020), e os demais documentos norteadores da educação nas esferas

Estadual e Nacional, pretende-se buscar explicações no processo histórico a respeito das formas de organização, atuação e difusão político-ideológica da burguesia brasileira por meio dos currículos escolares enquanto instrumentos e estratégias de hegemonia, e assim contribuir com possíveis caminhos para transformar o ensino da História em uma perspectiva crítica e emancipatória. Nesse sentido, procuraremos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, ampliar o debate e a compreensão de que o currículo nunca é acabado, mas é um movimento contínuo de disputas em diferentes níveis e instâncias de poder. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão dos mecanismos pelos quais o currículo de História pode ser utilizado tanto como instrumento de manutenção da hegemonia burguesa quanto como meio para sua superação. Bem como, trazer embasamento teórico para futuras pesquisas, discussões e reflexões sobre o currículo da AMOP.

QUINTA-FEIRA 5/10 – 15h:30 a 17h:30

Sessão 21 - 5/10 - Direitos Humanos, Proibicionismo e guerra às drogas – Sala 07

1. QUADROS, Adriel José de (UNIOESTE); SILVA, Maria Isabel Formoso Cardoso (UNIOESTE). **Direitos Humanos e proibicionismo: “As cores da violência” como herança escravocrata na guerra às drogas.** A relação entre direitos humanos e proibicionismo é complexa e controversa. Enquanto alguns argumentam que a proibição de drogas é necessária para proteger os direitos e a saúde das pessoas, outros acreditam que essa abordagem viola os direitos humanos e tem impactos negativos na sociedade. Assim sendo, a presente discussão tem como premissa abordar algumas considerações sobre direitos humanos e evidenciar como a omissão e a desproteção do Estado eleva o nível de opressão e violência na sociedade. Busca-se, assim, evidenciar como o proibicionismo, em relação ao uso de substâncias psicoativas (drogas), compactua para a criminalização, perseguição e encarceramento da população jovem, preta, pobre e periférica, contribuindo para manutenção do racismo estrutural, o qual se caracteriza como um tipo de racismo que está presente nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade. Diferentemente do racismo individual ou explícito, o racismo estrutural é enraizado nas instituições e normas que perpetuam a desigualdade racial de forma sistemática, demonstrando a ineficácia das políticas públicas no que tange a proteção social, num contexto de segregação que destoa de práticas moralistas, reafirmando o preconceito como herança do sistema escravocrata. Em oposição a isso, faz-se necessário adotar uma abordagem baseada em princípios de justiça social, equidade e respeito pelos direitos humanos, debatendo-se sobre direitos, racismo, proteção social e políticas públicas, contrapondo saúde com a violência da “guerra às drogas”, fator que envolve uma ponderação entre a proteção da saúde, segurança das pessoas e a garantia de seus direitos e liberdades individuais, ao invés de se culpabilizar e se incriminar pessoas em situação de vulnerabilidade social.

2. FELIX, Gabriel Miguel Almeida (UNIOESTE). **Proibicionismo no Brasil: maconha e suas Possibilidades.** O ser humano construiu uma relação histórica com o uso de drogas. Quando estabelece as condições necessárias para responder às suas necessidades do estômago vislumbra-se a possibilidade de responder a fantasia, a partir disso são inúmeras as formas inauguradas que passam a se caracterizar como prática cultural, as drogas não fogem dessa lógica. Trazemos então a discussão da Maconha como peça-chave para a atualização de um debate deturpado e transfigurado em legislações coercitivas. A formação sócio-histórica brasileira se caracteriza por práticas higienistas adotadas pós abolição que dão vazão para o pensamento racista escamoteado pelo discurso de igualdade que visava a implantação do modo de produção capitalista em solo Brasileiro. O documento produzido pelo médico-jurista Rodrigues Dória intitulado “Os fumadores de Maconha: efeitos e males do vício” (1915), serve como base para incluir a Maconha num rol de drogas perigosas que devem ser proibidas, seu discurso ultrapassa solo brasileiro que se torna um dos pioneiros a proibir seu uso na sociedade contemporânea. Atualmente podemos identificar duas abordagens em relação às drogas: os países que já começaram sua descriminalização/legalização e aqueles que insistem na guerra às drogas. Ao analisar a fundo vemos que existe uma contradição explícita em ambos: países como Estados Unidos que foi pioneiro na guerra às drogas e coagiu outros países a comprar essa guerra e então vieram a legalizar a planta em seu território; e de outro lado países com grande potencial de cultivo, mas que insistem numa falida guerra as drogas em prol de lobbys de mercado ou de interesses políticos.

3. MARES, Thaise Fernanda de Lima (UNIOESTE). Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD): o atendimento destinado às mulheres dependentes de substâncias psicoativas. O uso, abuso e a dependência química de Substâncias Psicoativas (SPA) fazem parte da realidade brasileira e de outros países do mundo. A dependência de tais substâncias atinge pessoas de diferentes etnias, culturas, nacionalidades, classes sociais e gêneros. Portanto, tem sido reconhecida como uma questão de saúde pública, que deverá ser respondida pelo Estado, a fim de minimizar os danos causados pelo uso nocivo de tais substâncias. Nesta perspectiva, a elaboração das políticas públicas sobre saúde mental, destinadas, particularmente, a responder as demandas das pessoas nesta condição, devem levar em conta as especificidades da vida de cada indivíduo, entre os elementos que devem ser observados ressaltam-se as questões relativas ao gênero. A construção de gênero tem influência sobre todas as dimensões da vida humana. Assim, nesta pesquisa parte-se da premissa de que é preciso, no atendimento à saúde mental, respeitar as especificidades que existem sobre o gênero feminino. No Brasil os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) são responsáveis por ofertar atendimento de saúde para mulheres dependentes químicas. Frente a isto, o presente trabalho propõe-se a apresentar a produção de conhecimento a respeito do tratamento ofertado às mulheres nos CAPS AD, no que concerne as práticas operadas pelas equipes técnicas do serviço, considerando as singularidades relativas ao gênero feminino. Para tanto, foram elencadas seis obras que tratam do tema, mediante a realização de revisão na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A produção teórica sobre tal temática trouxe à tona o atendimento ofertado às mulheres pelos/as profissionais que atuam no referido serviço.

Sessão 22 - 5/10 - Esquerda: anarquismo, socialismo, comunismo – Sala 08

1. SOUZA, Léia Patek de (PSS SEED). O fascismo a partir de Maria Lacerda de Moura. No presente trabalho apresentaremos os resultados da pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso, intitulado *O clericalismo é pai do fascismo: a compreensão anticlerical do fascismo em Maria Lacerda De Moura (1928-1935)*. O trabalho objetivou analisar a interpretação da autora a respeito da relação entre Igreja Católica Apostólica Romana e o fascismo italiano, a partir da obra *Fascismo: Filho dileto da Igreja e do Capital* publicada por Maria Lacerda de Moura em 1935. Entendemos que há um viés particularmente anticlerical na análise construída por Lacerda em suas obras que tratam do fenômeno fascista italiano, em parte, justamente por como busca denunciar a relação do Clero Romano com o fascismo em grande parte de seus textos sobre o tema. Seu intransigente anticlericalismo, que a acompanha desde a juventude, molda sua percepção sobre o Fascismo, e a leva a construir contribuições que relacionam a Igreja Católica e a moral cristã, com os movimentos e regimes fascistas do período. Consideramos que a constituição pessoal e subjetiva da autora, em consonância com o contexto nacional do período e os grupos políticos com que dialoga, são fatores determinantes na consolidação de suas análises políticas, e, por tanto, suas análises podem ser compreendidas em correlação com a trajetória de Maria Lacerda de Moura.

2. LIMA, Paulo Jorge Candido Ferreira; MONTEIRO, Lorryne Felisardo de Lima (UEM). A revista El Maestro Rural durante o cardenismo (1934-1940). A apresentação abordará a revista *El Maestro Rural* (EMR) durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). EMR era uma publicação da Secretaria de Educação (SEP) do México, surgida no início da década de 1930, voltada inicialmente para professores e, no período analisado, também para os alunos rurais. Ela foi um importante instrumento de promoção da política cultural do período pós-revolucionário no México, principalmente da chamada “educação socialista” durante o governo Cárdenas. Apesar de sua importância, essa fonte histórica tem despertado pouco interesse entre os historiadores. Atualmente, contamos com apenas uma obra totalmente dedicada à revista, porém concentrada em seus anos iniciais, de 1932 a 1934. Portanto, nossa proposta é realizar uma análise historiográfica da revista durante o cardenismo, quando ocorreu uma ampla reforma educacional, que visava consolidar a “educação socialista” alinhada aos princípios anticlericais e anti-individualistas, entendidos como derivados da Revolução Mexicana de 1910. Nossa análise se baseia nos pressupostos teórico-metodológicos da história da imprensa, a partir da perspectiva da história política e suas relações com o campo da cultura. Entendemos a revista EMR como parte

central da política cultural do Estado mexicano pós-revolucionário em sua busca por consolidar uma “cultura revolucionária.”

3. RODRIGUES, Gabriella Barrozo Garcia (UNIOESTE). A política anti-imperialista do partido comunista brasileiro na década de 1960. Essa apresentação deriva-se da monografia desenvolvida para a conclusão do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A pesquisa tem como objetivo investigar a política anti-imperialista assumida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1960, a partir das resoluções do V Congresso (1960) e VI Congresso (1967) do PCB. O trabalho compreende a importância histórica que o PCB exerceu no século XX dentro da esquerda brasileira, configurando-se como o primeiro partido comunista oficializado do país. A luta anti-imperialista constituiu uma das questões centrais dos partidos ligados à Internacional Comunista (IC) no século XX, acentuando-se durante a década de 1960, com as lutas de libertação na África e a ascensão de ditaduras pela América Latina. Ainda hoje, a atuação da dominação imperialista em países na periferia do capitalismo é latente, fazendo-se necessário o resgate e a discussão desse conceito tão pertinente para as lutas de resistência, para as esquerdas brasileiras e para a compreensão do cenário político, econômico e social em que estamos inseridos. Nesse sentido, a pesquisa busca articular a leitura do cenário sócio-político-econômico da década de 1960 e como as discussões sobre a temática anti-imperialista realizadas pela Internacional Comunista influenciava os partidos ligados a IC, a fim de compreender o papel que a luta anti-imperialista assumia dentro das resoluções do PCB.

Sessão 23 - 5/10 - Política e região – Sala 11

1. JUBELLI, Cleucimara Molon (UPF). Dois vizinhos: o município a política e o poder.

O presente resumo objetiva apresentar breve histórico de criação e emancipação do município de Dois Vizinhos-Paraná, citar as fragilidades e dificuldades econômicas, políticas e sociais do município sede no momento de emancipação, descrever brevemente os três municípios que foram desmembrados. Apresentar ainda, dificuldades econômicas vivenciadas pela gestão para a manutenção dos municípios pequenos desmembrados, bem como a luta para conseguir renda, recursos próprios para a manutenção e estruturação dos serviços que a este é delegado por normativas. Para tanto, busca na literatura o entendimento da constituição dos estados e municípios no Brasil, sendo estes é específico, com tempo, espaço e a regionalidade influenciada de modo, que as emancipações em sua maioria ocorreram de acordo com os interesses políticos das elites locais. O município de Dois Vizinhos não difere da história da colonização, que busca substituir a escravidão e criar um mercado de mão-de-obra, refletindo o modo em que os entes federados antes e posterior ao processo de federalização se manifestavam por meio de uso do poder local e político, este, exercido em sua maioria inicialmente pelas lideranças políticas e religiosas, posterior no poder das lideranças e políticos regionais. Para atender a este objetivo pretende-se com o método dedutivo verificar as necessidades e importância dos acontecimentos sociais e políticos ocorridos, por meio da técnica de pesquisa teórico-bibliográfica, baseada em bibliografias e fontes primárias localizadas.

2. TROMBETA, Rafael Dione (UNIOESTE). “Ao trabalho dos que aqui chegaram primeiramente”: as disputas pela memória e identidade do pioneirismo de Toledo (PR) nos documentos legislativos.

O município de Toledo, localizado no Oeste do Paraná, foi fundado no ano de 1946, quando a empresa denominada Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., conhecida como Maripá, iniciou suas atividades de colonização na região. Desde os primeiros anos de emancipação do município, ocorrida em 1952, diversas foram as ações tomadas para exaltar a atuação da empresa e de migrantes do sul do país que atuaram nos considerados primeiros anos da história local. A estes, atribuiu-se o título de “pioneiros”, que, por sua vez, dentro das esferas públicas do município, tiveram diversas definições. Assim, neste artigo debateremos sobre as disputas pela memória e identidade do pioneirismo toledano, em especial, por meio da seleção de documentos legislativos municipais promulgados e sancionados a partir da década de 1980. Neles, identificam-se medidas para oficializar datas comemorativas como o Dia do Pioneiro e o Encontro dos Pioneiros, atualmente celebrados no dia 27 de março. Além disso, sob a prerrogativa da preservação da memória do “tempo de colonização”, tais documentos promovem ações que regulamentam o registro, pelo Museu Histórico Willy Barth, de famílias ou indivíduos considerados

pioneiros. Entre leis, portarias e troca de mensagens dos poderes executivos e legislativos, observamos o estabelecimento de critérios temporais e, por vezes, étnicos, que definem quem são os indivíduos e famílias “merecedores” do título honorário e de lembranças. Assim, analisaremos a busca pelo enquadramento e pela institucionalização das memórias e identidades sobre estas personagens por meio de ações legislativas.

3. BONSERE, Kelvin Francisco (UNIOESTE). *Marcha para Oeste, migração e o projeto estatal brasileiro durante o Estado Novo.* O presente trabalho busca discutir a questão migratória e formação estatal atrelada ao programa de Marcha Para Oeste, deflagrado durante o Estado Novo e sua concepção referente ao povoamento “dos sertões” do país, num processo de expansão da fronteira rumo ao oeste brasileiro. A contextualização do tema se insere em um período ditatorial, que se debruçou na problemática da forja da nacionalidade e da construção da brasilidade em agentes que seriam encarregados de levar a civilização às regiões apartadas do país. Para desenvolver o tema, abordo com maior afinco a utilização de dossiês da Secretaria Geral do Conselho Superior de Segurança Nacional (SGCSSN) encontrados no Arquivo Nacional, produzidos por meio de dossiês entre os anos de 1938 e 1943 e também o arcabouço intelectual gerado por ideólogos próximos ao regime como Cassiano Ricardo. Nesta perspectiva, a busca por um elemento étnico ideal, que forjasse o homem propício à civilização e ao progresso são engendrados como elementos basilares da construção da nação e levados a cabo através de uma filtragem eugênica de seleção migratória. Tal cenário dialoga com o projeto estatal estadonovista de modernização e expansão autoritária, fomentando o desenvolvimento capitalista através do imperialismo interno, com a suplantação do modo de vida de elementos considerados não afeitos ao progresso e o desenvolvimento da nação.

Sessão 24 - 5/10 - Educação e experiências educativas – Sala 12

1. AMARAL, Bruno Falci (UNIOESTE). *A educação formal como instrumento mediador no processo de ressocialização no sistema prisional.* A população carcerária brasileira expressa de forma concreta a ineficiência das políticas sociais que atendam necessidades básicas dos sujeitos de direito, destacando que a maioria absoluta dos encarcerados são pessoas pobres e miseráveis, com ínfima formação escolar. O objetivo deste trabalho é investigar a como se materializa o processo da educação formal no sistema prisional em relação ao processo da busca de ressocialização. Parte-se da premissa de que o sistema penitenciário possui as funções de punição à conduta conflitante com a lei e a consequente ressocialização do preso por diversos mecanismos, dentre eles destaca-se a remição pela leitura e o estudo. Ainda existe uma barreira expressiva em relação ao que se encontra preconizado na lei e sua efetiva materialização prática, visto que o ensino é ofertado de maneira mecanizada, não fazendo com que o enclausurado desenvolva habilidades críticas e de emancipação. Desta forma, ocorre a difusão do chamado “ciclo de violência”, pois não há no âmbito penitenciário a devida importância ao processo educacional autônomo, entendido como mecanismo que transcende a remição para ressocialização. O resultado deste processo traduz-se em visível superlotação carcerária e alto índice de reincidência criminal. A educação consubstanciada na qualificação crítica e emancipatória possui a capacidade intrínseca de engendrar mudanças neste cenário, proporcionado aos presos a oportunidade de adquirirem conhecimentos que lhes serão fundamentais quando reinseridos ao convívio social.

2. VALENTINI, Juliana (IFPR). *Experiências no ensino de história : oficinas de fontes com estudantes do ensino fundamental II.* O objetivo da comunicação é socializar a experiência do projeto de extensão “Conhecendo e ensinando História do Brasil” desenvolvido por estudantes e professores do Instituto Federal do Paraná – Campus de Capanema junto aos professores e estudantes do Ensino Fundamental II das escolas estaduais da cidade de Capanema, Planalto e Realeza, no estado do Paraná. Por meio do projeto houve o aprimoramento de práticas de ensino pelo viés da valorização docente e do reconhecimento da escola como um espaço de produção de conhecimento. Nas oficinas de fontes os estudantes foram instrumentalizados a reconhecer o uso de diferentes fontes no processo de produção do conhecimento histórico e identificar os múltiplos agentes sociais e contextos envolvidos em sua produção. Avaliamos que ao desenvolvermos as oficinas de análise de fontes nas escolas contribuimos com o desenvolvimento de reflexões sobre o fazer científico, sobre os métodos de análise, sobre o critério e o compromisso com o real, a compreensão do presente, e, conseqüentemente, fomentando

elementos que contribuam para que os estudantes possam se posicionar criticamente diante das questões colocadas pela sociedade contemporânea. O conjunto de conteúdos abordados no projeto permitem a constante correlação com questões do presente, viabilizando que os estudantes reflitam e compreendam a conformação histórica do mundo em que vivem. Diante dos desafios do ensino de história na atualidade, o projeto desenvolvido nas escolas estaduais apresentou-se como uma contribuição expressiva, que possibilita novos diálogos e novos formatos para ensinar e aprender.

3. THOMÉ, Thais (UNIOESTE). Projeto Folhas: formação e produção colaborativa de materiais pedagógicos no Paraná (2003-2010). O Projeto Folhas (2003-2010) foi criado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR com o objetivo de proporcionar meios para que os professores da Rede Pública Estadual produzissem pesquisas e aprimorassem seus conhecimentos a partir de textos colaborativos voltados a conteúdos pedagógicos, denominados Folhas. Tais produções abordavam, principalmente, questões que permeavam a sala de aula e que poderiam ser utilizadas como material de apoio. Esse processo contribuiu para a formação dos docentes, visto que estabelecia uma dinâmica de estudos sobre o cotidiano escolar. Isto posto, o objetivo desta pesquisa é compreender o Projeto Folhas abordando todo o processo de sua construção, desde as ideias iniciais que deram origem ao projeto até a divulgação dos Folhas. Nesse contexto, faz-se necessário também investigar as origens do Livro Didático Público - uma vez que este foi concebido a partir dos Folhas produzidos pelos professores - buscando compreender em que momento essa relação foi efetivamente estabelecida, as motivações para transformar os Folhas em Livros didáticos e as possíveis disputas, contradições e lacunas presentes nesta relação. Para alcançar esse propósito, serão analisadas as seguintes fontes: Manual Folhas, Jornais Paranaenses e entrevistas e depoimentos com professores atuantes na Secretária de Educação da época.

ÍNDICE ONOMÁSTIO

- AMARAL, Bruno Falci, 39
 ANJOS, Máyra Larissa, 28
 BATISTA, Alfredo Aparecido, 14
 BERDAGUE, Veronica Marques da Costa, 15
 BERNDT, Amanda Karoline, 14
 BERTOLUCCI, Aislan, 13
 BONSERE Kelvin Francisco, 39
 BORGES, Mabel Macedo d’Haese, 19
 BORGES, Pedro Lucas Dopiate, 21
 BORSATTO, Carla Geovanna Bengozi, 21
 BRITTO, Izabella Colatino Advincola Roriz de, 17
 CALIL, Gilberto, 12
 CARMO, Fernanda do, 35
 CARVALHO, Jakeline Santos, 18
 CASTELANO, Maria José; DIAS Edson dos Santos, 14
 CRUZ, Felipe da Silva, 12
 DIAS, Gabriella Souza, 29
 DIAS, Jennifer Caroline, 17
 DURÃES, Ana Cláudia Branchi, 12
 ENGELBRECHT, Marize Rauber, 18
 FELIX, Gabriel Miguel Almeida, 36
 FERREIRA, Dayana da Silva, 34
 FERREIRA, Lucas Eduardo, 19
 FONZAR, Juliana Firmino, 24
 FRANCISCO, Laíssa Cristina, 18
 FREITAS, Anderson Arilson de, 33
 GAESKI, Maria Isadora Galvão, 31
 GALETI, Paulo, 17
 GIARETTA, Joiceni Moreira, 23
 JUBELLI, Cleucimara Molon, 38
 KOLING, Paulo José, 31
 KÖLLN, Lucas André Berno, 20
 LIMA Paulo Jorge Candido Ferreira;
 MONTEIRO, Lorryne Felisardo de Lima, 37
 LINN, Natiely Aparecida, 16
 LOBATO, Bruno Farias, 24
 MARES, Thaise Fernanda de Lima, 37
 MAROCHI, Ana Claudia, 27
 MATANA, Amanda Pavão, 27
 MELO, Alessandro de, 26
 MELO, Maria Elizabeth Cosmo, 16
 MENSCH, Cristhian, 33
 MORAIS, Patricia Vieira, 34
 NERES, Ivanice de Oliveira Candido;
 BUDNY, Jaqueline; DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini, 31
 OLIVEIRA, Letícia Strossi de, 26
 PAULA, Ana Cláudia Gomes, 13
 PEREIRA, Carlos Eduardo Boaretto, 35
 PLASSMANN, Giulia Beatriz Schossler, 19
 POLI, Jaci, 25
 PRADELA, Luana Milani, 13
 QUADROS, Adriel José de, 36
 RACHELLE, Felipe Raul, 20
 RATOCHINSKI, Daniela Rigon, 32
 RIPPEL, Leomar, 23
 RODRIGUES, Gabriela Suemi Matsumi, 15
 RODRIGUES, Gabriella Barrozo Garcia, 38
 RUTES, Ellen Kauane, 30
 SALVADOR, Lara Dias do Prado, 15
 SANTOS, Ederson Fernando Milan dos, 22
 SANTOS, Guilherme Gomes dos, 32
 SANTOS, Paula Eloise dos, 21
 SANTOS, Roberta Lisana Rocha, 22
 SARTORI, Pedro A. Lena, 28
 SCHNEIDER, Gustavo Guilherme, 34
 SILVA, Ana Caroline Freitas da, 23
 SILVA, Andrey Tironi da, 28
 SILVA, Evandro Del Negro da, 22
 SILVA, Laura Beatris da, 32
 SILVEIRA, Danielli Maria Neves da, 35
 SMAHA, India Nara, 30
 SOLDA, Maristela, 25
 SOUZA, Léia Patek de, 37
 STEIN, Marcos Nestor, 24
 TEIXEIRA, Erik Roberto Vicentini, 26
 THOMÉ, Thais, 40
 TONKELSKI, Camila Cararo, 20
 TREVISOL, Vantuir, 30
 TROMBETA, Rafael Dione, 38
 VALENTINI, Juliana, 39
 VIEIRA, Eleandro de Moraes, 29
 ZIMMERMANN Tânia Regina, 29